

Departamento de Estudos Africanos

**Jovens imigrantes africanos moçambicanos em Portugal: Portugal,
sociedade de acolhimento ou de exclusão? Consequências.**

Joana Catarina Ribeiro Pereira Forte

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Rita d'Ávila Cachado, Professora Auxiliar Convidada,
CIES –IUL Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Janeiro de 2017

Departamento de Estudos Africanos

**Jovens imigrantes africanos moçambicanos em Portugal: Portugal,
sociedade de acolhimento ou de exclusão? Consequências.**

Joana Catarina Ribeiro Pereira Forte

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Rita d'Ávila Cachado, Professora Auxiliar Convidada,
CIES –IUL Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Janeiro de 2017

Jovens imigrantes africanos moçambicanos em Portugal: Portugal, sociedade de acolhimento ou de exclusão? Consequências.

Joana Catarina Forte

Resumo: Esta dissertação propõe-se analisar o percurso migratório dos jovens africanos moçambicanos saídos de Moçambique nos últimos 15 anos, com uma particular atenção à Área Metropolitana de Lisboa. Serão abordados como principais aspetos as suas estratégias de integração e de acolhimento; se se trata de uma integração positiva e eficaz; e, no caso contrário, quais os fatores que levam a situações de discriminação e racismo.

Depois de uma análise histórica do contexto político, económico, social e cultural de Moçambique contemporâneo, serão também abordados aspetos relativos às razões que levaram estes jovens a imigrarem para Portugal, e também à hipótese de um eventual regresso.

Em Portugal, através da recolha de dados empíricos qualitativos, procurar-se-á perceber qual é a representação que os jovens imigrantes têm da sociedade de acolhimento; se constituem e se identificam enquanto uma comunidade moçambicana em diáspora; e se são presentes práticas eficazes de aculturação.

Palavras-chave: jovens imigrantes moçambicanos; integração; etnicidade; discriminação.

Young Mozambican African immigrants in Portugal: Portugal, a host society or a society of exclusion? Consequences.

Joana Catarina Forte

Abstract: This essay aims to examine the migratory trajectory of young Mozambican Africans migrating from Mozambique in the last 15 years, in particular to the Lisbon Metropolitan Area. Their integration and reception strategies will be addressed as main aspects; whether it is considered to be a positive and effective integration; and, if not, what factors lead to situations of discrimination and racism.

After a historical analysis of the political, economic, social and cultural context of contemporary Mozambique, aspects related to the reasons that led these young people to immigrate to Portugal and also to the hypothesis of a possible return will be discussed.

In Portugal, through the collection of qualitative empirical data, an attempt will be made to understand the representation that young immigrants have of the host society; if they represent and identify themselves as a Mozambican Diaspora community; and whether efficient acculturation practices are present.

Keywords: young Mozambican immigrants; integration; Ethnicity; Discrimination.

AGRADECIMENTOS

Esta tese que há muito ansiava por realizar de forma a poder completar o meu Mestrado em Estudos Africanos, só foi possível ser efetuada graças à profunda disponibilidade, mentoria e dedicação da minha orientadora, a Doutora Rita d'Ávila Cachado que me foi recomendada pela Professora Graça Índias Cordeiro, anteriormente minha professora.

Em segundo lugar, aos meus Pais, pelo incentivo dado, em particular, à minha Mãe, sempre presente nos momentos de maior angústia, impaciência e anseios inerentes à feitura desta tese e que sempre me motivou. Depois, e também tão importante, aos meus amigos de coração, em especial, à querida Marta Theriaga Mendes que acompanhou de perto todo este projeto; aos muito queridos Susana Matos, Alexandra Caetano, Israel Quintani, Joana Martins, Paula Silva pelo seu constante apoio; à minha muito querida amiga e antiga colega de Mestrado Daena Neto, que apesar de longe, esteve sempre tão presente de forma afetiva e também às amigas Anna Ludovici e Kika Albuquerque, não só pela amizade, mas também partilha de conhecimentos e experiência.

Quero também deixar um profundo agradecimento e bem-haja às queridas Maria Manuel, a minha primeira entrevistada que mostrou uma imensa disponibilidade e amabilidade e possibilitou muitos dos outros contactos, e à Quitéria Chilaúle também tão disponível e atenciosa e aos demais entrevistados que gentilmente aceitaram fazer parte deste trabalho e me permitiram conhecê-los e as suas experiências de vida.

A nível institucional, agradeço a disponibilidade e amabilidade do Dr. Celso Gusse, Adido Consular, pelos dados facultados em entrevista, a também disponibilidade de me receber em audiência do Dr. Geraldo Saranga, Cônsul-Geral de Moçambique em Portugal e a entrevista concedida pelo Presidente da Associação de Estudantes Moçambicanos em Lisboa, António Pedro Sebastião.

Kanimambo!

Projeto de Investigação para o Mestrado em Estudos Africanos:

Jovens imigrantes africanos moçambicanos em Portugal: Portugal, sociedade de acolhimento ou de exclusão? Consequências.

Índice

1. Introdução.....	3
1.1. Objeto e universo de estudo.....	3
1.2. Hipóteses iniciais.....	4
2. Metodologia.....	9
2.1. Recolhas empíricas.....	9
2.2. Pesquisa de Terreno.....	10
3. Enquadramento teórico.....	18
3.1. Contexto histórico.....	18
3.2. Moçambique e suas migrações para Portugal.....	22
4. Estudo de caso.....	40
4.1 Dados empíricos – descrição.....	40
4.2 Grupo de entrevistados: quem/quantos são, porque os escolhi e onde.....	41
4.3 Análise das entrevistas de acordo com as categorias selecionadas.....	51
5. Conclusões.....	53
6. Referências bibliográficas.....	56
7. Anexos.....	59

Índice de quadros

Quadro 1: N° total de moçambicanos residentes em Portugal em 2016, pág. 16

Quadro 2: Classificação dos entrevistados, pág. 41

1. Introdução

1.1. Objeto e universo de estudo

- Projeto e percurso migratório dos jovens africanos moçambicanos saídos de Moçambique nos últimos quinze anos entre os 18 e os 35 anos residentes na área metropolitana de Lisboa.

Neste trabalho de investigação proponho-me analisar o projeto e percurso migratório dos jovens africanos moçambicanos saídos de Moçambique nos últimos 15 anos entre os 18 e os 35 anos residentes em Portugal, com uma particular atenção à Área Metropolitana de Lisboa, abordando os seguintes aspetos: a sua caracterização sociodemográfica; local de origem em Moçambique; modos de integração e de acolhimento; a situação profissional relativamente aos que estão a trabalhar e respetivas áreas; situações de discriminação/exclusão/racismo.

O motivo da minha escolha por este grupo prende-se com o facto de a comunidade moçambicana residente em Portugal, mais concretamente em Lisboa, ter sido objeto de pesquisa ainda muito raramente. Há poucos estudos existentes sobre esta comunidade, nomeadamente, por investigadores portugueses, situação que pode ser justificada pelo facto de esta população não representar um número muito significativo na sociedade portuguesa, sobretudo quando comparada com outras comunidades de imigrantes.

À semelhança do caso dos jovens guineenses reportado por Fernando Luís Machado (Machado, 2002) também o caso dos jovens moçambicanos em análise são imigrantes jovens que vêm à procura de melhores condições de vida. Nos primeiros anos de adaptação, o estudo e o trabalho ocupam o centro das suas vidas. Estes jovens imigrantes nasceram e cresceram noutros países e estão a viver os primeiros anos de adaptação a um quadro sociocultural diferente (Machado e Azevedo, 2009)¹, iniciando e desenvolvendo a vida adulta em Portugal.

¹Em 2009, Joana Azevedo e Fernando Luís Machado publicaram um artigo onde podemos conferir os trabalhos publicados nestas áreas até então (Machado e Azevedo, 2009).

Relativamente aos fatores de atração para Portugal incluem-se o conhecimento da língua, a possibilidade de virem continuar os estudos através de protocolos de cooperação, procurar oportunidades de trabalho e também o facto de terem cá família, de acordo com os meus interlocutores como iremos ver ao longo deste trabalho.

Em termos do processo de integração será analisada a integração e acolhimento nas instituições de ensino superior que frequentam ou frequentaram, a questão da empregabilidade, e a questão da discriminação nos casos em que esta se manifesta.

1.2. Hipóteses iniciais

Relativamente às hipóteses iniciais, estas tiveram por base o trabalho desenvolvido pela investigadora Sheila Khan sobre o percurso imigratório dos imigrantes africanos moçambicanos para Portugal e as suas estratégias de aculturação na sociedade de acolhimento em Moçambique após a independência. No fundo, o presente estudo pretende dar um passo em frente no conhecimento sobre esta população, procurando resgatar esse percurso à luz dos nossos dias, nomeadamente, analisar o projeto e percurso migratório dos jovens africanos moçambicanos saídos de Moçambique nos últimos quinze anos e a residir em Portugal. Mais especificamente, pretende-se compreender melhor os modos como se integram na sociedade de acolhimento e de que modo, tal como Khan propôs analisar, “desenvolveram construtivamente as suas estratégias de aculturação na sociedade portuguesa” (Khan, 2009: 103) através dum esforço de integração e adaptação de modos e valores portugueses. Partimos, portanto, das seguintes hipóteses que foram construídas com base nas propostas e hipóteses de Khan (2009).

1. Os imigrantes africanos moçambicanos residentes em Portugal constituem um grupo inserido na sociedade de acolhimento ou uma minoria social?²
2. As práticas de aculturação não são eficazes e durante a integração são registadas situações de discriminação e racismo.

² Entende-se aqui minoria social como tendo algumas limitações no acesso a todos os bens e serviços a que a demais população acede tipicamente.

3. Os imigrantes africanos moçambicanos não constituem uma comunidade.

Para melhor colocar em prática estas hipóteses, foi analisado o contexto político, económico, social e cultural de Moçambique contemporâneo interligado com as razões que levaram estes jovens a imigrarem para Portugal, procurando apurar também se se manteve a justificação desse processo migratório ter sido de cariz familiar e não individual, conforme o constatou a investigadora Sheila Khan. A autora salientou o facto de esta ter sido uma migração com base no facto de estes jovens terem familiares residentes em Portugal no momento da decisão de emigração.

Em Portugal, através da recolha de dados empíricos qualitativos, procurou-se perceber que sociedade encontram, se de acolhimento ou de exclusão, nomeadamente através dos processos de integração que desenvolvem.

A este respeito, a perspetiva de Sheila Khan (com base em Liu, 2000) é a seguinte:

...as dificuldades enfrentadas por estes imigrantes diariamente em termos de acesso ao emprego e de atitudes racistas e discriminatórias frequentes não eram indicativas de um modo de aculturação de marginalização, mas de um movimento tenso entre uma “*assimilação cultural*” – baseada na semelhança da língua, da cultura e do background educacional – e de uma *estratégia identitária integrativa* ou *separatista* relacionado com o processo psicológico de não identificação com as normas, a mentalidade e as tradições portuguesas. Assim, estes imigrantes adotaram o comportamento esperado pela sociedade de acolhimento, incluindo o uso da língua portuguesa e a adaptação às estruturas sociais e culturais mas apesar deste comportamento conformativo que adveio das expectativas societárias, os imigrantes demonstraram, pelas suas narrativas, não se identificar psicologicamente com as atitudes mentais dos portugueses (Liu, 2000, cit. por Khan, 2009: 135).

Esta perspetiva representa um processo de integração com muitas limitações. Supõe-se, por isso, a pergunta: passados alguns anos, podemos representar esse processo da mesma forma? O que nos dizem os jovens imigrantes nos dias de hoje? Num certo sentido, este trabalho procura mapear, no presente, a situação dos jovens migrantes moçambicanos em Portugal.

Uma das vertentes analisadas para este efeito foi as interações destes jovens imigrantes entre si, procurando confirmar ou alterar a conceção da investigadora Sheila Khan de que não constituem um grupo étnico nem interagem enquanto comunidade. Para a investigadora, não é possível referirmo-nos a estes imigrantes como um grupo e a questão da etnicidade é algo construído, que surge no âmbito do que esta denomina de “microambientes”, a chamada “eticidade doméstica” que retrata as experiências de aculturação destes imigrantes moçambicanos que, não possuindo um vínculo direto entre si, o elemento que os une é, por exemplo, através da gastronomia, em que os pratos moçambicanos possibilitam a reunião de algumas famílias (Khan, 2009: 160). No caso do grupo de jovens entrevistados, também nos aniversários é possível essa reunião bem como através da criação de grupos *online* em que comunicam uns com os outros, sobretudo através das redes sociais.

Para Khan, verifica-se, assim, a ausência de um sentido de comunidade. Além disso, a autora não encontrou associações moçambicanas que promovessem a sociabilização ou que tivessem por objetivo a reunião cultural dos imigrantes e o estímulo da emergência de uma cultura moçambicana.

A este propósito e corroborando a posição de Khan, procurámos abordar a questão da etnicidade definida por Fernando Luís Machado e por Raquel Matias. Os autores definem etnicidade como os contrastes e continuidades sociais e culturais das populações migrantes com as sociedades recetoras (Machado e Matias, 2006:16) em que, do lado das dimensões sociais, são consideradas a composição de classe, a composição sociodemográfica e a localização residencial e, do lado das dimensões culturais, as sociabilidades, a língua e a religião. De facto, para Machado e Matias, em cada país recetor, as populações imigrantes têm situações de etnicidade muito diferentes e o que se observa são combinações diversas de contrastes e continuidades em diferentes dimensões sociais e culturais (Machado e Matias, 2006:16).

No que diz respeito a Portugal, não só os imigrantes moçambicanos em particular, mas os imigrantes dos “PALOP” em geral têm, ainda de acordo com Machado e Matias, situações de contraste social maioritariamente um pouco mais fortes e de contraste cultural um pouco menos forte, com a população portuguesa: “A formação destes cenários, de mais contrastes ou mais continuidades, de maior integração ou potencial exclusão, depende, finalmente, do grau de recetividade que os imigrantes e, sobretudo,

os seus descendentes, encontram na sociedade onde se fixam” (Machado e Matias, 2006: 20).

Tendo em conta o contexto dos estudantes africanos moçambicanos do Ensino Superior durante a sua estadia em Portugal procurámos ainda abordar a questão da identidade social. Nos poucos estudos sobre imigrantes moçambicanos em Portugal, Ana Bénard da Costa é, tal como Sheila Khan, uma das principais referências a reter neste trabalho. Entre outras questões, a autora analisou a questão da identidade social dos seus informantes. Nas suas palavras,

o facto de muitas das identificações e oposições que estruturam a identidade social destes informantes durante a sua estadia em Portugal relacionaram-se com o facto de serem identificados e de se identificarem como africanos e negros e de serem vítimas de racismo ou de práticas discriminatórias nas suas vivências quotidianas (Costa, 2012: 148).

Para Costa, “a condição de africano negro cria em Portugal, de imediato, uma identidade “outra” e o facto de estes estudantes partilharem com outros estudantes a cor da pele, associada a um conjunto significativo de práticas culturais, mais ou menos estereotipadas, gera a criação de comunidades específicas africanas no meio estudantil universitário que explicam a existência, em certas universidades, de associações de estudantes africanos ou a organização de eventos coletivos como a Semana Africana.

Estas comunidades, cujas afinidades são atravessadas por estereótipos reforçados pelo olhar português em relação ao negro e a África, congregam-se em torno dos referentes identitários relativos à sua condição de africanos e por oposição aos outros estudantes portugueses e estrangeiros que frequentam universidades portuguesas (Costa, 2012: 149)

Como veremos ao longo deste trabalho, no caso dos meus entrevistados, podemos observar formas de sociabilidades bastante fortes, como a criação da Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal e alguns deles pertencem a associações juvenis de origem africana com a “Bué Fixe” e “Conexão Lusófona”.

Recorro a um clássico do processo de análise em ciências sociais (Berger e Luckman, 2004:179) que nos ajuda como pano de fundo para compreender melhor as formas como o grupo que escolhi estudar se representa. Ainda relativamente à identidade, dizem-nos Berger e Luckmann:

A identidade é um elemento-chave da realidade subjetiva e, tal como toda realidade subjetiva, encontra-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social (Berger,e Luckmann, 2004: 179)

No que diz respeito a este grupo específico dos estudantes universitários, e ainda de acordo com Ana Bénard da Costa, a maioria dos seus informantes, como também no caso dos meus entrevistados, mencionaram ter tido algumas dificuldades de adaptação à vida em Portugal nos primeiros tempos e foram apontados como principais problemas situações de discriminação e racismo, questões relacionadas com as diferentes maneiras de falar e escrever português e também o pouco contacto com colegas portugueses que os chegaram a excluir, como relataram alguns dos meus entrevistados. De facto, se com o tempo, alguns conseguiram ultrapassar essas dificuldades e integrar-se nos meios académicos que frequentam, outros acabaram por se isolar e refugiar praticamente só nos estudos e contacto com outros africanos.

A chegada a Portugal é, ainda segundo Costa, “o encontro com um desconhecido relativamente familiar” em que vêm para um contexto que muitos desconhecem mas sobre o qual formaram imagens, e com o qual partilham elementos de identidade extremamente importantes, nomeadamente a língua portuguesa. (Costa, 2012:147).

2. Metodologia

Em termos da metodologia adotada, optou-se por uma metodologia qualitativa. Foi feita uma pesquisa de âmbito etnográfico recorrendo à observação participante e entrevistas semi-dirigidas, com guião, gravadas, a atores-chave. Neste caso, os atores-chave foram jovens moçambicanos imigrados nos últimos quinze anos e duas entrevistas institucionais no consulado de Moçambique em Lisboa.

2.1. Recolha bibliográfica e documental

Ao longo do período que decorreu a pesquisa empírica (aproximadamente entre Março e Outubro de 2006), foram também coligidos dados bibliográficos. Os principais sítios que arquivam obras potencialmente importantes para o meu trabalho são o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e o Observatório das Migrações onde fiz pesquisa. Também o repositório bibliográfico do ISCTE e o repositório bibliográfico do ICS foram meios de pesquisa bibliográfica importante. Foram ainda recolhidos dados no Consulado de Moçambique em Lisboa através das entrevistas concedidas pelo Cônsul-Geral e pelo Adido Consular.

Em termos de pesquisa bibliográfica e leituras optei pela obra de fundo de Sheila Khan “Imigrantes africanos moçambicanos: narrativa de imigração e identidade e estratégias de aculturação em Portugal e na Inglaterra”, porque aquando da escolha da abordagem a seguir foi a que deu o mote para a pesquisa inicial. Como já referido, também o trabalho de Ana Bénard da Costa foi fundamental para esta pesquisa. A tese de Eugénio Pinto Santana “Moçambicanidades disputadas. Os ciclos de festas da independência de Moçambique e da comunidade moçambicana em Lisboa” foi igualmente fundamental, uma vez que aborda exatamente a comunidade moçambicana em Lisboa. Transversal a esta bibliografia de fundo, selecionei um conjunto de autores que estudaram e têm pesquisado temas e conceitos que também aqui procurarei abordar, nomeadamente, as questões relacionadas com a temática mais geral da imigração, da integração, jovens imigrantes, como Fernando Luís Machado, Raquel Matias, Joana Azevedo e Rui Pena

Pires que têm vindo a produzir, no campo da Sociologia, um *corpus* teórico que não pode ser ignorado.

2.2. Pesquisa de Terreno: dados empíricos

Relativamente à metodologia escolhida e como acima referido, foi utilizado o método etnográfico através do estudo de caso dos jovens moçambicanos porque o objetivo principal era conhecer e analisar o percurso migratório e experiências de vida do grupo em análise. Além das entrevistas semi-dirigidas e do registo etnográfico dos muitos encontros com os meus interlocutores, a pesquisa envolveu também a observação participante de dois eventos ocorridos durante o período de tempo dedicado ao trabalho de campo, nomeadamente o evento “Especial Moçambique no Centro InterculturaCidade” ocorrido em julho de 2016 em Lisboa e o aniversário de uma das entrevistadas em agosto do mesmo ano num restaurante moçambicano também em Lisboa. As entrevistas semi-dirigidas, com guião, a um grupo de jovens moçambicanos imigrados nos últimos quinze anos a residir nos arredores de Lisboa foram o cerne dos dados empíricos deste trabalho.

Com efeito e como refere Robert Burgess:

o desenho da pesquisa deve preceder toda a investigação social, passando pela prática de pesquisa que envolve trabalho de campo quando se trata da recolha de dados e terminando com a análise desses dados. De facto, os relatórios dos investigadores têm mostrado que a investigação social não é uma questão de procedimentos simples e claros, mas um processo social onde, por consequência, a interação entre o investigador e a investigação influencia diretamente o curso que o programa de investigação toma. O projeto e a metodologia da investigação estão a ser continuamente definidos e redefinidos pelo investigador, nalguns casos, pelos próprios investigados. Nestes termos, os investigadores têm de ajustar constantemente as atividades nos quais estão envolvidos (Burgess, 1997: 32)

No meu caso, este processo deu-se de uma forma muito reflexiva, provavelmente devido ao método de recolha de dados escolhido e também em virtude de esta tese ter sido elaborada alguns anos após terminar o Plano Curricular do Mestrado em Estudos Africanos. Cada encontro com os interlocutores parecia tratar dados novos

relativamente à minha percepção sobre esta população. Além disso, a pesquisa bibliográfica, feita ao mesmo tempo que o trabalho de campo, foi trazendo conceitos novos ou novas abordagens para as mesmas temáticas, levando à, como refere Burgess, definição e redefinição constantes.

Mas como se processou a pesquisa etnográfica? De facto, para Luís Fernandes, a pesquisa etnográfica é estruturada fundamentalmente em torno da observação participante e do recurso a informantes privilegiados. Neste processo, o diário de campo ordena, através do fio narrativo, a dispersão de acontecimentos do dia-a-dia, não apenas o dado descritivo, mas também uma série de cognições e sentimentos que constantemente se produzem no contacto permanente com a vida social do local (Fernandes, 2002: 27). O que se regista num diário de campo? Os diários de campo permanecem como documentos privados para uso do próprio à semelhança do investigador que utilizou questionários e, obviamente, não os publica. Relativamente às notas metodológicas e ainda segundo este autor, estas permitem registar as aprendizagens que o investigador vai fazendo e devem também cumprir o objetivo de autovigilância do investigador que vigia, assim, o seu próprio autoconhecimento, no confronto de si com um meio social que o provoca nas suas concepções e nos seus hábitos (ibidem: 34).

Em conclusão, para este autor:

O contacto próximo, quase físico, proporcionado pela postura etnográfica, não faz do investigador um autóctone (nativo). Mas é pleno de consequências muito para lá da esfera cognitiva que se crê levemente ser a única que governa o pensamento científico. A máquina pensante é una, faz convergir sensações e razão, intelecto e afeto. O diário de terreno é um lugar de cruzamento destas modalidades de apreensão do real. E o dado empírico que ele fixa pela escrita é intenso e pleno, porque extraído diretamente à dramática existencial dos indivíduos no contexto que vivem. No final, o etnógrafo não estará indiferente ao efeito que este tipo de dados produziu no seu modo de olhar – e de se olhar a si, às pessoas com quem convive, à cidade em que habita (Fernandes, 2002:40).

Embora o meu trabalho de campo não tenha sido extensivo como o da obra referida, procurei realizar os meus registos na mesma lógica de Fernandes, registando as aprendizagens e as reflexões que advieram da compilação de dados. Ao mesmo tempo,

foi também muito importante no meu caso a presença de um interlocutor privilegiado, neste caso, uma jovem imigrante moçambicana, que além de fornecer um conjunto de informações centrais para esta pesquisa, facultou-me ainda o acesso a outros interlocutores e a eventos que, doutra forma, dificilmente acederia.

Houve dois eventos importantes para esta pesquisa: o evento “Especial Moçambique no Centro InterculturaCidade”, dedicado a Moçambique, que decorreu no passado dia 16 de julho de 2016, em Lisboa e onde estiveram presentes alguns elementos oficiais, nomeadamente, o ministro-conselheiro Ananias Sigauque, o Adido Consular, Celso Gusse e a representante da OMM (Organização da Mulher Moçambicana), Ana Massamba e o aniversário duma jovem moçambicana que entrevistei e para o qual fui convidada e que decorreu no dia 17 de agosto de 2016, num restaurante moçambicano, o Aziz, em Lisboa.

Inicialmente, estava prevista a realização de observação participante através de uma associação, mas as sociabilidades no grupo escolhido são de índole mais esporádica do que sistemática. Importa referir que existe uma Associação de Estudantes Moçambicanos em Lisboa. O trabalho de campo não foi realizado junto desta associação pois seria um pouco forçado tendo em conta a mesma não registar uma atividade permanente. Daí ter optado antes por assistir aos eventos para os quais fui convidada pelos meus interlocutores.

Entrevistas:

Como já foi dito, a principal componente empírica deste trabalho foi a recolha de entrevistas semi-dirigidas. O período de realização das entrevistas decorreu entre maio e dezembro de 2016 num total de dez entrevistas informais semi-dirigidas, em gravação áudio, a jovens africanos moçambicanos residentes em Lisboa, uma de cariz mais institucional ao presidente da Associação de Estudantes Moçambicanos em Lisboa e duas entrevistas institucionais ao Dr. Geraldo Saranga, Cônsul-Geral de Moçambique em Portugal numa audiência no Consulado em julho de 2016 na presença do Dr. Celso Gusse, Adido Cultural da Embaixada que posteriormente também concedeu uma entrevista no dia 17 de dezembro de 2016, igualmente no Consulado.

No que diz respeito à estrutura das entrevistas, realizei um guião simples que foi adaptado consoante os meus interlocutores. As entrevistas acabaram por se tornar mais conversas intimistas, muitas pela necessidade que os entrevistados tinham de desabafar e partilhar. Foi assim utilizado um estilo de entrevista mais informal, não estruturado, utilizando uma série de temas e tópicos em torno dos quais se constituíram as questões no decurso da conversa e que deu aos informantes uma oportunidade para desenvolver as suas respostas fora de um formato estruturado, tal como nos sugere Burgess (1984). De facto, e ainda segundo o mesmo autor, esta forma de entrevistar vê as entrevistas como “conversas com um objetivo”, referindo-se a autores como Sidney e Beatrice Webb (Webb e Webb, 1932, citado por Burgess, 1984:139) que a viram como uma conversa na qual o investigador deveria «não esquecer que é desejável tornar a entrevista uma coisa agradável para as pessoas entrevistadas. Na verdade, os Webb demonstraram quão mais valiosas eram as conversas relativamente às estritas sessões de pergunta-resposta e como forneciam informação rica e pormenorizada que podia ser utilizada simultaneamente com outros materiais (Burgess, 1984: 112).

De facto, Burgess continua muito atual no que se refere às metodologias qualitativas, tanto na forma como equaciona os informantes, como na forma como expõe o papel do investigador. Para Burgess, (corroborando Zweig), o investigador deve criar condições para ser representado como amigo e confidente, que mostra interesse, compreensão e simpatia pela vida das pessoas com quem mantém uma conversa (Burgess, 1984:113).

A primeira entrevista com a Maria Manuel foi possível por intermédio da minha orientadora, que já a conhecia e entretanto contactei-a a pedir para a entrevistar. Maria acabou por adotar o papel de informante privilegiada e “detentora da informação” (Fernandes, 2002) pois, com a continuação do contacto entre nós que se seguiu, ter sido quem me apresentou os entrevistados que se seguiram, permitindo, assim o acesso aos outros entrevistados.

De facto, as duas entrevistas posteriores à da Maria só foram possíveis porque esta me apresentou pessoalmente a dois dos futuros entrevistados no evento moçambicano em que estive presente. Outros foram contactados através do Facebook. Após a minha apresentação e explicação dos motivos e contexto das entrevistas, posso afirmar que o meu trabalho foi bem recebido. Mas, de facto, a autorização para que as entrevistas se realizassem deveu-se ao facto de os entrevistados serem amigos ou pelo menos conhecidos da Maria. Nesse sentido, além de interlocutora privilegiada, a Maria é

também um ator social chave no conjunto das pessoas entrevistadas. As entrevistas que se seguiram foram possíveis por intermédio de alguns dos entrevistados que os sugeriram. É o que no método etnográfico é conhecido como o método “bola de neve”. Este processo de acesso ao terreno segue, em geral, as linhas de Burgess:

Ganhar acesso é uma fase essencial do processo de investigação que funciona como um pré-requisito para que a pesquisa se realize que influencia a fiabilidade e a validade dos dados que o investigador obtém subsequentemente. Os pontos de contacto que o investigador tem com uma instituição, organização ou grupo influenciarão a recolha de dados e a perspetiva que pode ser tomada. Finalmente, as atividades que ocorrem durante esta fase-chave do processo de investigação influenciarão o modo pelo qual aqueles que são investigados definem a pesquisa e as atividades do investigador. As questões-chave envolvidas nesta fase da pesquisa dizem respeito às conversas iniciais, às considerações éticas, aos detentores da informação (Burgess, 1997, p. 48).

No decurso do processo que visa o acesso à pesquisa os investigadores têm não só de se apresentar a si próprios, mas também aos seus estudos. Os investigadores que pretendem dar aos informantes acesso às suas pesquisas necessitam indicar-lhes quem são e o que pretendem fazer, devendo ser explicado o papel do investigador e o conteúdo da investigação. Contudo, sendo a investigação um processo contínuo em que o papel do investigador se vai alterando à medida que também esta se altera, também a informação que dela se dá está sujeita a mudar (ibidem: 53). Este processo permanentemente em adaptação também foi experimentado ao longo da minha pesquisa.

Esta questão está relacionada com o nosso posicionamento ético. O anonimato e a confidencialidade, e ainda segundo Burgess, devem ser discutidos com todas as pessoas que concordam em cooperar com os investigadores e mesmo na fase do acesso, o investigador deve ser capaz de dar alguma indicação dos diferentes modos segundo os quais os resultados da investigação serão usados (ibidem).

Foi também possível recolher informações sobre a comunidade moçambicana residente em Portugal através de duas entrevistas de carácter institucional, uma concedida pelo Cônsul Geral Dr. Geraldo Saranga numa audiência no Consulado em julho de 2016, na

presença do Dr. Celso Gusse, adido cultural da embaixada que também concedeu umaventrevista a 16 de dezembro de 2016.

De acordo com o Cônsul-geral, é possível identificar três grupos de moçambicanos residentes em Portugal que correspondem a três fases de imigração: o primeiro que remete para a emigração ocorrida no contexto da independência de Moçambique, que corresponde aos naturais de Moçambique, mas que perderam a nacionalidade moçambicana, e os que nasceram em Moçambique e mantêm nacionalidade moçambicana. Trata-se de um grupo de pessoas que vieram para Portugal um pouco antes da independência e logo a seguir porque não se identificavam com o novo Estado moçambicano. O segundo grupo emigrou sobretudo por ocasião do conflito armado entre a Frelimo e a Renamo em 1992, em que muitos moçambicanos e também portugueses decidem abandonar o país porque não aceitaram a nacionalidade moçambicana. O terceiro grupo é constituído por pessoas que nasceram em Moçambique depois da Independência, que não conheceram a realidade da colonização e descolonização e que emigraram não pela emergência do novo Estado Moçambicano ou pelo conflito armado, mas por motivos económicos, sociais e pessoais, muitos deles bolsiros no âmbito da cooperação bilateral Moçambique - Portugal. Trata-se de jovens que cresceram num mundo globalizado e que reclamam uma maior integração na sociedade portuguesa, nomeadamente, através do acesso ao mercado de trabalho em Portugal e que posteriormente pretendem voltar para Moçambique. É sobretudo sobre este último grupo que nos debruçámos neste trabalho.

No que diz respeito aos estudantes do Ensino Superior, existe a AEMOP – Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal – descentralizada em 4 núcleos: Lisboa, Coimbra, Porto e Faro, descentralização esta importante, segundo o Cônsul, para responder aos problemas dos estudantes em cada um dos núcleos, mas ainda falta o registo destas associações e doutras, nomeadamente, de residentes, pelo que o Consulado tem em curso uma campanha de sensibilização para que as associações sejam mais ativas e organizem mais atividades. A falta de atividades permanentes prende-se sobretudo com as dificuldades de financiamento.

De acordo com os dados fornecidos em entrevista pelo Dr. Celso Gusse, Adido Consular de Moçambique em Lisboa, os moçambicanos residentes em Portugal encontram-se dispersos por todo o país e, segundo dados oficiais do SEF, existem 2 809 moçambicanos com o título de residência válido, dos quais 1 220 são homens e 1589 mulheres. Em termos de distribuição geográfica, mais de 700 encontram-se em Lisboa, pouco menos de 350 no Porto e zona Norte e os restantes maioritariamente em Coimbra, zona Centro e no Algarve.

Até ao primeiro semestre de 2016 (Quadro 1), encontravam-se 2331 moçambicanos registados no Consulado Geral de Moçambique e, numa estimativa, em Lisboa e Porto estarão a residir cerca de 3500 moçambicanos. As leituras para este número não podem ser unívocas. Estão nele incluídas as pessoas de origem não africana, como familiares de antigas “colonos” portugueses e também pessoas de origem asiática, sobretudo da Índia, que viveram várias gerações em Moçambique.

Quadro 1: N° total de moçambicanos residentes em Portugal em 2016

N° total de moçambicanos residentes em Portugal em 2016	2 809
N° de mulheres	1589
N° de homens	1 220
Distribuição geográfica	Mais de 700 em Lisboa, 350 no Porto e zona Norte e restantes em Coimbra, zona Centro e Algarve
Até ao 1º Semestre 2016	2331 Moçambicanos registados no Consulado Geral de Moçambique, em Lisboa e Porto cerca de 3500

Em termos de caracterização, a comunidade moçambicana é uma comunidade multifacetada tendo em conta as razões históricas que ligam Portugal e Moçambique e de entre os vetores principais da imigração moçambicana. O que interessa especificamente para esta investigação, designadamente, trata-se de cidadãos moçambicanos maioritariamente jovens que vieram a Portugal para continuar os seus estudos e melhorar o seu futuro e que almejam sempre um cenário no qual se possam sentir mais integrados.

As principais preocupações da população moçambicana dizem respeito ao desemprego e aos apoios sociais pois a crise económica e o desemprego em Portugal que aumentou sobretudo no contexto da austeridade, trouxeram alguns problemas de natureza social entre os moçambicanos, existindo casos de pessoas que necessitam de apoio social para a sua manutenção ou mesmo regresso a Moçambique.

Relativamente aos estudantes e bolseiros, existem reclamações sobretudo relativamente ao pagamento tardio das bolsas, o que obriga os estudantes a ter que recorrer a empregos precários e com baixa remuneração. Ainda relativamente a este grupo e segundo dados fornecidos por António Sebastião, Presidente da Associação de Estudantes Moçambicanos do núcleo de Lisboa que também entrevistei, tem havido também problemas no acesso aos cuidados de saúde e no SEF, nomeadamente no que diz respeito à legalização dos estudantes.

3. Enquadramento teórico

3.1. Enquadramento teórico relativamente ao contexto histórico, social, cultural e económico atual de Moçambique

Para dar conta do complexo ambiente sociopolítico de Moçambique no presente, socorremo-nos de autores que têm contribuído para o esclarecimento da situação no país.

Sobre a atual situação sociopolítica de Moçambique, diz-nos Sérgio Chichava, investigador Sénior do IESE (.Instituto de Estudos Sociais e Económicos de Maputo) e doutorado em Ciência Política, na sua introdução da publicação “Desafios para Moçambique 2015” (2015):

Quarenta anos após a conquista da independência, a 25 de Junho de 1975, Moçambique continua a viver sob um clima de incerteza política em que os dois principais partidos, a Frelimo e a Renamo, estão quase sempre em conflito. Com efeito, após cerca de vinte anos de relativa paz, resultante da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em Roma, em 1992, que pôs fim a um conflito militar de quase dezasseis anos (1977-1992), o País voltou a viver momentos dramáticos entre 2013 e 2014, quando os dois beligerantes se confrontaram de novo militarmente.

Se a última confrontação militar foi resolvida através da assinatura de um acordo de cessação de hostilidades a 5 de Setembro de 2014, resultante de um longo processo de negociações no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, e que também permitiu a realização de eleições gerais a 15 de Outubro de 2014, a crise ainda está muito longe de ser resolvida, fundamentalmente por duas razões: (i) o processo negocial iniciado no Centro de Conferências Joaquim Chissano continua por concluir até ao presente momento, e (ii) a Renamo recusa-se a aceitar os resultados das eleições de 15 de Outubro de 2014.

O País vive também momentos de grande inquietação e medo, devido à onda de sequestros que tem abalado, sobretudo, a capital, Maputo, visando a classe média local, empresários moçambicanos de origem asiática e estrangeiros, sob o olhar inapto das autoridades governamentais.

O País encontra-se numa situação económica crítica... afunilamento da base produtiva e das oportunidades económicas e sociais e pela redução da eficácia da economia em reduzir pobreza e gerar empregos decentes (Chichava, 2015)

Sobre a situação político-militar atual de Moçambique que muitos consideram o retorno à guerra civil atual de Moçambique diz-nos Salvador Forquilha, Diretor-Adjunto para Investigação e Presidente do Conselho Científico do IESE e doutorado em Ciência Política na sua introdução à publicação “Desafios para Moçambique 2014” (2014):

Vinte e um anos depois do fim da guerra civil, Moçambique vive momentos de tensão político-militar, envolvendo as Forças de Defesa e Segurança (FDS) e os guerrilheiros da Renamo. Num cenário de autêntico retorno a guerra, as ações de violência armada, embora localizadas em algumas zonas do país, nomeadamente em alguns distritos da província de Sofala, tem estado a produzir um impacto significativo do ponto de vista da estabilidade política, social e económica, particularmente nas zonas onde ocorrem os confrontos militares diretos.

Com efeito, se é verdade que a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, impulsionou significativamente o processo das reformas políticas e económicas, traduzindo-se na construção de novas instituições políticas e no crescimento económico assinalável, também não é menos verdade que o processo da construção democrática foi sendo acompanhado, cada vez mais, por sinais de tensão latente, consubstanciada nos sucessivos conflitos ante e pós-eleitorais, na crescente e aberta partidarização do Estado e a consequente exclusão política e económica, no deficiente funcionamento das instituições, na incoerência de políticas, particularmente nos sectores sociais, e, enfim, no fraco reflexo das taxas do crescimento económico do país na vida da vasta maioria dos moçambicanos. (Forquilha, 2014)

Ainda a respeito da atual situação de instabilidade em Moçambique, reporta-nos José Pimentel Teixeira, antropólogo e pós-graduado em Estudos Africanos antigo docente e investigador na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), no seu blogue” ma-schamba (Textos em Blog) ”:

Onda de criminalidade em Maputo, 12.8.13

Desde há vários dias que vou recebendo notícias sobre um surto de criminalidade no “grande Maputo” e da formação de grupos de vigilantes populares, particularmente nas

áreas de residência - no sempre dito "caniço" ou seja, as áreas residenciais da classe não-média, e em alguns novos subúrbios residenciais de classe média. Crê-se na existência de um grupo de malfeitores, ladrões violadores sádicos, pedófilos e bissexuais, que anunciam antecipadamente a sua visita às zonas e depois queimam com ferros de engomar as suas vítimas. Esse grupo é chamado o G20, e alguns dizem-no uniformizado e constituído por 20 elementos. Com efeito, os rumores revelando crimes acontecidos serão constantes e os linchamentos já começaram, como desgraçadamente o comprova o estuporado assassinato do escultor Alexandria, ocorrido ontem, dia no qual a população matou seis pessoas. As teorias da conspiração abundam, apontando responsáveis políticos (do poder ou da oposição) e/ou policiais para os crimes acontecidos. O temor disseminou-se, anunciando-se pânico. E a "justiça popular" (re) instalou-se na cidade.

Relativamente às eleições moçambicanas e ainda segundo o mesmo autor relata de forma enfática:

Eleições moçambicanas, 16.10.14

E governa há vinte anos em paz, num país que continua paupérrimo, sem indústria, sem lugar de emergência no mercado internacional (como quase toda a África subsaariana), sem capital próprio suficiente. E com uma economia (e sociedade) também condicionada por ditames das organizações internacionais (aquilo a que o obscurantista discurso português chama "troika"). Ou seja, o "estado da arte" moçambicano tem imensas causas internas. Mas também gigantescas amarras externas. É desse contexto que emerge a tal característica da Frelimo: em condições duríssimas de vida, umas sofridas outras auto-provocadas, continua a ter um enorme apoio popular. Com mais por cento ou menos por cento, mas estruturante.

Após estes relatos atuais que ilustram bem a complexidade do ambiente vivido em Moçambique, voltamo-nos agora para a perspetiva de um historiador quase sempre referido quando se estudam aspetos relacionados com Moçambique. O autor dá-nos um panorama conjuntural. As considerações de Newitt (Newitt, A History of Mozambique, 1995) são importantes, nomeadamente, no que diz respeito aos fenómenos naturais que devastaram aquele país que terão contribuído, em larga medida, para a situação que hoje se vive. De facto, se por um lado, as grandes cheias em 1977 e 1978 levaram a inundações em áreas agrícolas vitais, o período de seca que durou até 1982 levou a

população ao limite da fome. Daqui resultou um grave declínio económico com a diminuição das colheitas e das exportações, um aumento exponencial do desemprego nas cidades cuja população cresce significativamente com os desempregados do setor agrícola e mineiro e a falta de produção nacional levou a um aumento significativo da importação de bens alimentares e do seu preço de consumo. Acresce a esta situação a seca de 1992, ainda mais severa que a da década anterior, que levou o país a um ainda maior sofrimento e fome causados pela guerra e pela queda do governo.

O mesmo autor relata que, neste contexto, não ajudaram as medidas económicas do governo que pareciam marginalizar os agricultores cuja situação cada vez mais gravosa acabou por os levar ao roubo e ao confisco de bens, não só pelos grupos da RENAMO, mas por toda a gente em Moçambique. À medida que a economia ficava cada vez mais dependente da ajuda externa, os que podiam redistribuir essa ajuda para o seu ganho pessoal e dos seus familiares e amigos ou redes, eram os sobreviventes. Na capital, o poder político tornou-se a rota de controlo da redistribuição dos recursos do Estado; no campo, o banditismo representava esse papel. Citando Geffray, “a guerra é a condição para a reprodução da Renamo enquanto uma instituição armada e constitui-se em si própria o seu próprio objetivo” (Newitt: 1995:77).

Em toda esta conjuntura de fome, seca e guerra, e perante a destruição de um governo e sociedade regulares, para este autor, seria importante um maior compromisso da comunidade internacional para reconstruir não só as economias destes países arruinados, mas também a sua segurança elementar e as suas instituições políticas e civis. As Nações Unidas deveriam, assim, enfrentar a necessidade de uma maior intervenção onde a própria construção da sociedade em si própria corre o risco de colapsar.

Ainda segundo este autor e no que diz respeito à Renamo e ao seu sucesso, senão mesmo à sua existência, estes foram atribuídos aos fracassos da FRELIMO nos primeiros dez anos de governação. A RENAMO acabou mesmo por ser vista como um movimento de protesto por parte dos camponeses, autoridades tradicionais, religiosas e étnicas e até, numa forma mais geral, por parte da juventude, contra a política nacionalista da FRELIMO. Mas, na realidade, a RENAMO deve ser entendida no contexto da história de Moçambique, no que diz respeito aos conflitos entre as várias etnias e autoridades locais e nos períodos de seca e fome, o banditismo e as guerras

locais eram mais acentuadas com a crise na agricultura e a fome. A RENAMO era assim basicamente um fenómeno moçambicano apenas compreensível nos termos da história do país com ações e reações que a própria sociedade moderna moçambicana continua a repetir.

3.2. Moçambique e suas migrações para Portugal

a) Olhar para as migrações no tempo presente

Em Portugal, vários grupos de investigação estudam a temática das migrações pois esta está relacionada com um conjunto de questões sociais. Um dos autores que mais estudos tem coordenado nesta temática é Rui Pena Pires. Segundo o autor:

tanto no domínio da explicação da constituição dos fluxos migratórios como na análise dos processos de integração dos imigrantes nas sociedades de destino, o problema da integração está presente no conjunto da sequência do processo migratório, tanto na origem, como no destino. Na origem porque são processos de desintegração que favorecem a constituição do fluxo; no destino, porque a estabilização da presença dos imigrantes passa pela solução de problemas de integração. (Pires, 2003).

O autor clarifica, na sua perspetiva, os conceitos de assimilação e etnicização enquanto modalidades distintas de integração dos imigrantes: a assimilação é definida como o processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença à sociedade de chegada, e a etnicização caracteriza-se pelo conjunto de processos de construção de uma identidade coletiva no confronto dos imigrantes com as reações à sua presença na sociedade de chegada (Pires, 2003).

Para melhor clarificar a questão da etnicidade, Rui Pena Pires recorre a Paulo Filipe Monteiro, que dizia que “a etnicidade não é um dado à partida, apenas surge em determinadas situações, muito embora usando a possibilidade de mobilizar alguns traços herdados e de fazer apelo a sentimentos primordiais (Monteiro, 1994, citado por Pires 2003:23. Rui Pena Pires acrescenta algo a esta perspetiva, relacionando a etnicidade com a identidade cultural e como ela é representada:

atribuir aos imigrantes uma “identidade cultural” unificada e uma pertença comunitária referenciáveis à sua origem resulta de um duplo equívoco. Por um lado, essa suposta identidade não passa, frequentemente, de uma representação estereotipada do “outro” construída por sectores da sociedade de imigração. Por outro, convirá salientar que os imigrantes não transportam consigo mais do que fragmentos de identidades anteriores, muito variadas em função das suas diferentes origens e inserções sociais. Aquilo que nos surge como identidade cultural unificada dos imigrantes é, na maior parte dos casos, o resultado de uma construção simbólica que procura revalorizar o que é desvalorizado nos processos de discriminação a que estão sujeitos. Isto é, essas eventuais identidades são menos o resultado de uma memória do passado transportada pelos imigrantes e mais a construção que, no presente, estes têm de realizar para garantir a sua dignidade, ‘para conseguir identidade individual e auto-respeito...’ (Smith, 1986:14) ” (Pires, 2003: 100).

No plano social, as dinâmicas de integração em contextos imigratórios podem ser analisadas, segundo o autor, como combinações variadas de processos de assimilação e de etnicização.

Teoricamente é, no entanto, possível e necessário sistematizar as variáveis que condicionam a diversidade de soluções empiricamente observáveis. Referindo-se a Portes (1999), Pires refere que as principais variáveis constitutivas dos diferentes modos de integração seriam a política governamental (recetiva, indiferente ou hostil), a receção social (positiva, neutra ou preconceituosa) e o tipo de comunidade étnica do migrante (nenhuma, forte/fraca, qualificada/desqualificada). Desta proposta de Portes, Pires retém que há características da imigração e dos imigrantes que (também) condicionam o modo de integração:

(1) Em primeiro lugar, o modo de integração social depende das características do fluxo migratório que constitui a população imigrada. Quanto mais ancorado estiver esse fluxo no funcionamento de redes informais de circulação da informação e de organização e suporte da deslocação, mais provável é que essas redes se reproduzam também como espaços de estruturação da integração social dos migrantes. A centralidade das redes e dos seus efeitos, depende também das competências e recursos que os imigrantes possam mobilizar para construir a sua integração, bem como dos seus projetos iniciais de migração.

Por outro lado, quanto menores forem as competências formais e os recursos instrumentais disponíveis, maior é a probabilidade de os imigrantes recorrerem, também na construção da integração, às redes que suportaram a sua deslocação, prolongando a sua existência no destino.

(3) Em terceiro lugar, o modo de integração social depende portanto e, sobretudo, das reações sociais à imigração e, em particular, da eventual emergência de processos de discriminação e estigmatização (Pires, 2003: 107).

No seio daquilo a que Pires chama “recepção social” podem ocorrer fenómenos de estigmatização, que também devem ser clarificados. Para a análise dos processos de estigmatização, segundo o autor, são particularmente importantes os contributos de Norbert Elias sobre as relações *established-outsider*, em que a cor da pele ou qualquer outro atributo são tão só os critérios simbólicos usados para delimitar as fronteiras raciais ou étnicas. A estigmatização começa portanto não no modo como se categoriza “o outro”, mas na categorização de alguém, indivíduo ou grupo, como “outro”, posição definida por Pires como o “outrismo”. Dele resulta o tratamento desigual de uma população ou grupo apenas em função de determinadas características socialmente definidas, sejam elas traços físicos (cor da pele, género) ou crenças e práticas (grupos religiosos, linguísticos, étnicos, etc).

Processos quase inversos podem ser igualmente importantes para compreender melhor as formas como uma determinada população imigrada se representa. A “contra-estigmatização” (Elias, 1976:xxi, citado por Pires 2003: 108) é uma “reação do grupo estigmatizado. São esses processos de contra-estigmatização que estão na base da etnicização reativa. Por outras palavras, a etnicização é a consequência da procura, por parte dos imigrantes, de uma identidade positiva com que possam enfrentar os processos de estigmatização de que são alvo” (Pires 2003: 108).

De resto, os processos de estigmatização estão relacionados com as ideias de estereótipo e de preconceito que são, por sua vez, importantes para perceber porque muitas vezes estes se transformam em situações de racismo e de discriminação. Para Jaqueline de Jesus, cientista social brasileira, citando Perez- Nebra e Jesus, (Perez- Nebra, A. R. & Jesus, J. G.: 2011) o estereótipo é definido como

a categorização/generalização cognitiva que as pessoas fazem sobre algo ou alguém: o preconceito como a atitude – julgamento/avaliação de cunho cognitivo, afetivo e de intenção comportamental sobre algo ou alguém – negativa sobre isso, esse ou esses que é/são estereotipado/os; e a discriminação como o comportamento baseado no preconceito. O preconceito e a discriminação raciais são nutridos não apenas pelo desconhecimento ou pela criação de estereótipos sobre um outro desconhecido, como ocorre a nível dos indivíduos (interpessoal). (Jesus:2014:15)

O racismo tem a ver com o preconceito relativamente à cor da pele e por vezes está ligado a determinadas populações, negras ou não.

Relativamente ao racismo contemporâneo, para a investigadora este deriva do conceito de cor de pele. De facto, segundo a autora, enquanto a história de vida, tipo de cabelo, proporções físicas ou corporais, herança étnica, tudo isso é relativamente bem absorvido pelas sociedades ocidentais no conceito de raça, a cor, em particular, representa um aspeto discriminativo mais poderoso (ibidem, p. 32).

Ainda no que diz respeito à problemática do racismo, para Fernando Luís Machado:

pode dizer-se que o racismo em Portugal será um infra-racismo ou um racismo fragmentado, ou seja, um racismo não político, já que ele não encontra, no campo político ou partidário, os agentes de institucionalização ativa que tem tido noutros países, mas o racismo será, ainda assim, um problema também na sociedade portuguesa (Machado, 2001)

De facto e de acordo com sondagens de opinião promovidas pelos média, inquéritos do Eurobarómetro e alguns estudos sobre valores e representações têm, pelo seu lado, ao longo dos últimos dez a quinze anos, produzido um conjunto de resultados que, mesmo sendo contraditórios entre si e também ao nível da comparação europeia, não deixam de indicar a presença de atitudes preconceituosas e discriminatórias em sectores significativos da população portuguesa.

Pouquíssimos portugueses, por exemplo, se consideram racistas, mas, ao mesmo tempo, mais de 40% dizem que o racismo é uma atitude “muito comum” em Portugal e que conhecem alguns casos de racismo nos seus círculos de amizade, e mais de 80% consideram que o racismo aumentou na primeira metade dos anos 90. (Machado, 2001)

Relativamente ao campo científico, Machado refere o estudo pioneiro de Vala, Brito e Lopes (1999) que evidencia indícios sólidos de preconceito racial explícito. De acordo com estes autores, embora o racismo apresente hoje formas mais subtis e difusas, “a percepção dos negros como uma ameaça social, percepção que pode ser associada ao racismo mais tradicional e flagrante, perdura na nossa sociedade” (Machado 2001).

Ainda segundo Machado,

a manifestação do racismo, depende, em larga medida, da configuração que em cada momento tem o espaço da etnicidade, ou seja, dos contrastes e continuidades, sociais e culturais, da minoria ou minorias em questão com a sociedade envolvente. Assim, se mais contrastes favorecem o aumento do racismo, mais continuidades favorecem a sua redução e é mais prováveis os membros das minorias duplamente contrastantes sejam alvo de racismo do que os membros de minorias que, do ponto de vista social e cultural, ou só de um deles, apresentem continuidades com a população maioritária.

No caso português, é isso mesmo que mostram os elementos de conhecimento disponíveis. (Machado, 2001)

Para Machado, a relação entre espaço da etnicidade e racismo estabelece-se, *grosso modo*, nos mesmos termos em que se coloca o problema da integração ou da exclusão das minorias. Assim,

“embora tanto fatores sociais como fatores culturais intervenham no processo, os primeiros tendem a sobrepor-se aos segundos na resultante final. De facto, se com contrastes sociais fortes, nomeadamente em termos de situação socioeconómica, não pode falar-se de integração, no que diz respeito ao plano cultural independentemente do que lá se passe, pode haver integração mesmo com contrastes culturais, ainda que ela seja mais fácil quando esses contrastes são menos vincados” (Machado 2001:20).

O autor acrescenta ainda que existe uma relação clara entre racismo, exclusão e integração em que o racismo, ao ser na sua origem um fenómeno revelador de défices de integração, é-o também nos seus efeitos. Assim, racismo e exclusão alimentam-se reciprocamente. Já os processos que favorecem a integração de minorias, seja, principalmente, pela redução de contrastes sociais, seja, secundariamente, pelo

fortalecimento de continuidades culturais, promovem, por sua vez, a redução do racismo (Machado 2001).

Para Paulo de Carvalho, cientista social angolano que se tem debruçado sobre o conceito de racismo, o racismo tem tomado novas formas nos últimos anos:

verifica-se a substituição das concepções primárias de racismo (com base biológica), por novas concepções, bastante mais subtis, até com a substituição da ideia de superioridade racial [e, mesmo, pureza racial] pela ideia de autenticidade cultural e pelo contacto com aqueles que eram antes considerados “inferiores”. A legitimação do discurso racista regista uma mutação – do anterior argumento de inferioridade biológica para as diferenças culturais a assumirem preponderância no discurso legitimador do preconceito racial, ou seja, transita-se de uma suposta hierarquia para as diferenças que são realmente percebidas. (Carvalho 2014: 43).

Trata-se do que o autor denomina como “novos racismos”, nomeadamente, um racismo moderno, de índole mais simbólica, um racismo aversivo, um racismo ambivalente, um racismo subtil (que se opõe ao racismo flagrante). De facto e como os seus autores afirmam, o racismo subtil diferencia-se claramente do racismo flagrante pelo facto de que, enquanto o primeiro é “quente, próximo e direto”, o subtil é “frio, distante e indireto” (Merteens&Petigrew 1999, citado por Carvalho 2014: 43), sendo normalmente “expresso sob formas socialmente aceitáveis e dando-se o caso de “as pessoas poderem não se dar conta que estão a discriminar” (Arcuri&Boca 1999, citado por Carvalho 2014: 43), ou seja, o autor considera que há formas de racismo que passam por um processo inconsciente. Carvalho distingue ainda preconceito e discriminação racial relativamente a racismo.

Referindo-se a Gordon Allport (1979, citado por Carvalho 2014), o preconceito passa por uma “atitude aversiva e hostil em relação a uma pessoa pertencente a determinado grupo, que por isso se presume possua as qualidades censuráveis que são atribuídas a esse grupo. O preconceito é uma atitude baseada num julgamento anterior (pré-conceito), o que significa que julgamos mesmo antes de observarmos o comportamento, esperando-se que alguém se comporte com base na ideia que fazemos dos integrantes do

grupo visado (Carvalho 2014:46, 47). Vale a pena voltar a citar o autor para ilustrar esta ideia:

Há discriminação quando o nosso comportamento em relação a alguém tem a ver com determinada característica que esse alguém possui, que nos leva a agir com ele de forma diferente do que agimos com alguém pertencente ao nosso grupo. Há discriminação racial quando impedimos (ou pretendemos impedir) alguém de frequentar a nossa escola, o nosso local de trabalho, o nosso supermercado, o nosso restaurante, a nossa discoteca ou o nosso clube, apenas por pertencer ou aparentar pertencer a determinado grupo racial. (Carvalho 2014: 51).

Muitos outros autores falam sobre racismo e suas limitações quanto à subtileza ou racismo flagrante. Neste trabalho, como veremos mais à frente, as ideias veiculadas por estes autores continuam a fazer sentido. No entanto, importa referir que o racismo, seja mais ou menos flagrante, é uma componente da sociedade portuguesa, por vezes escamoteada por discursos institucionais que procuram veicular a ideia de que em Portugal não existe racismo, mas as denúncias de racismo contrariam-no.

No que diz respeito ao grupo em análise, concretamente, dos jovens adultos, para Machado e Matias (2006)³ nas sociedades de modernidade avançada, o padrão de transição para a vida adulta alterou-se profundamente e hoje, essa transição é mais longa, complexa e incerta (Machado e Matias, 2006:11). Os autores falam em três processos relativamente à transição para a vida adulta:

O primeiro é o prolongamento do tempo da escolarização, em sociedades em que as qualificações e competências são cada vez mais decisivas. O segundo é a entrada mais tardia e menos segura no mercado de trabalho. Mais tardia porque se prolonga o tempo de permanência no sistema de ensino e menos segura porque grande parte dos jovens tem a primeira experiência profissional em segmentos precários desse mercado. De facto e principalmente em tempos de crise económica, juventude e precariedade laboral coincidem. O terceiro processo é o adiamento dos projetos de conjugalidade e parentalidade, que é uma consequência dos processos anteriores, mas reflete também novos valores quanto aos tempos e formas de realização pessoal na esfera familiar” (Machado e Matias 2006: 11).

³ Machado e Matias reportam-se a Pais, 1993, 2003; Casal, 1997; Cavalli, 1997; Guerreiro, 1998; Galland, 2001; Queiroz e Gros, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2004, 2005.

É o caso dos meus entrevistados em que a maioria ainda não constituiu família.

No que diz respeito à faixa etária e ainda segundo aqueles dois autores, o subconjunto dos que têm 25-29 anos é metodologicamente estratégico pois estando mais perto da finalização da transição para a vida adulta, funcionam como reveladores das oportunidades e constrangimentos que se apresentam aos jovens em geral. Referindo Guerreiro e Abrantes (2005:170), se for considerado que essa transição é um percurso a “dois tempos”, um de maior despreocupação e experimentalismo, outro de maior estabilidade e responsabilidade, é neste segundo tempo que se encontra a generalidade dos jovens dos 25-29 anos.

b) Acolhimento, adaptação, integração

“Os grupos que migram reconstróem a sua história e reconfiguram os seus projetos étnicos nacionais, alterando as dinâmicas sociais e culturais em novos locais de acolhimento (Appadurai 1997: 71).

Sobre a questão das estratégias da aculturação, a investigadora Sheila Khan, na sua obra “Imigrantes africanos moçambicanos : narrativa de imigração e identidade e estratégias de aculturação em Portugal e na Inglaterra”, recorre a autores como Berry (Berry, 1980) e defende que podemos encontrar quatro variantes: “a natureza da sociedade de acolhimento; a natureza do grupo aculturativo; os objetivos aculturativos que o grupo aculturativo pretende alcançar e as características socioculturais do grupo aculturativo” e para avaliar a extensão das atitudes aculturativas é através da distância cultural entre a sociedade de acolhimento e a sociedade natal (Khan, 2009: 35).

A seguinte citação de Khan ilustra melhor esta situação: “Espera-se que os imigrantes africanos moçambicanos construam socialmente os seus modos aculturativos e as suas estratégias identitárias através de uma interação ativa entre eles mesmos e as sociedades de acolhimento. (Khan, 2009: 57).

Relativamente à integração e acolhimento dos imigrantes africanos moçambicanos em Portugal, para esta autora estes deparam-se com dois universos sociais radicalmente

distintos: os portugueses que haviam nascido e vivido em África – os portugueses-africanos e a população portuguesa que nunca havia deixado Portugal e não desejava interagir com os indivíduos portugueses- africanos e daí advêm situações de integração radicalmente diferentes (Khan, 2009: 134)

Para a investigadora os imigrantes, além disso, não eram considerados portugueses mas antes negros, africanos, pessoas que o “Verdadeiro Portugal” não reconhecia como sendo detentores de uma história e de uma cultura comuns. Já para os seus entrevistados, os portugueses eram “*racistas/preconceituosos, invejosos, detentores de uma mentalidade fechada, culturalmente atrasados e imaturos/miúdos*”.

Como afirmou a investigadora e já anteriormente referido na introdução,

...as dificuldades enfrentadas por estes imigrantes diariamente em termos de acesso ao emprego e de atitudes racistas e discriminatórias frequentes não eram indicativas de um modo de aculturação de marginalização, mas de um movimento tenso entre uma “*assimilação cultural*” – baseada na semelhança da língua, da cultura e do background educacional – e de uma estratégia identitária integrativa ou separatista relacionada com o processo psicológico de não identificação com as normas, a mentalidade e as tradições portuguesas (Khan, 2009:135).

Assim, estes imigrantes adotaram o comportamento esperado pela sociedade de acolhimento, incluindo o uso da língua portuguesa e a adaptação às estruturas sociais e culturais mas apesar deste comportamento conformativo que adveio das expectativas societárias, os imigrantes demonstraram, pelas suas narrativas, não se identificar psicologicamente com as atitudes mentais dos portugueses (Liu, 2000) citado por Khan 2009: 135).

Relativamente às suas opções identitárias como “moçambicanos”, “africanos” ou “moçambicanos/portugueses” – quando confrontados com a questão “Deseja voltar ao seu país de origem” e de acordo com Sheila Khan, identificam-se 4 registos/narrativas centrais através das entrevistas (Khan, 2009: 150):

1 – As pessoas que desejam regressar a Moçambique com o objetivo de ajudar as pessoas que ainda lá vivem;

2 – Os que puseram categoricamente de parte o retorno ao seu país de origem, justificando a sua posição pelas condições de pobreza, corrupção política, discriminação social e racismo prevalentes em Moçambique;

3- Um outro grupo de imigrantes que perspectiva o regresso como uma forma de recuperação do passado, projetando uma imagem da terra natal ainda trespassada por uma certa nostalgia referente à sua vida relativamente privilegiada;

4 – Os participantes que confessam já ter adotado um estilo de vida europeu e, por consequência, não se conseguem imaginar a viver novamente em Moçambique.

No que diz respeito às representações pelos imigrantes africanos moçambicanos da cultura e da comunidade moçambicana, a maioria dos participantes na pesquisa de Khan não tem uma ideia clara relativamente ao que poderia ser considerada “cultura moçambicana” e “identidade cultural”. De facto, é difícil falar-se de uma cultura moçambicana devido à opção dos imigrantes moçambicanos de adotarem um estilo de vida português. Embora os indivíduos não se identifiquem como portugueses, optaram por viver segundo as normas, as tradições e os padrões culturais portugueses. Concomitantemente, estes imigrantes não se identificam nem com os valores nem com a identidade moçambicana, como um povo que tem uma parte negra, eles não se ligam aos problemas existentes em Moçambique, pois não há uma identificação com Moçambique. Por consequência, estas pessoas não podem ser definidas nem como portuguesas, uma vez que não foram aceites em Portugal, nem como moçambicanas, já que não possuem uma cultura com a qual se possam identificar – “estão sem identidade” (Khan, 2009: 155).

Enquanto último tópico de análise da obra da Sheila Khan e em termos comparativos com a situação vivida hoje pelos jovens imigrantes que me propus analisar, temos a questão da relação destes jovens imigrantes entre si, procurando confirmar ou alterar a conceção de Khan de que não constituem um grupo étnico nem interagem enquanto comunidade.

Perante a questão duma possível identificação dos participantes por uma comunidade moçambicana observaram-se três tipos de respostas contrastantes (Khan, 2009: 156).

1 – Defendem a sua existência de uma comunidade moçambicana;

2- Recusam categoricamente aceitar a ideia de uma comunidade moçambicana baseada na partilha de um *background* cultural, de valores, de interesses e de ideias;

3 – Não têm qualquer conhecimento relativamente à questão.

Estes testemunhos, segundo Khan, vêm confirmar as perceções de alguns líderes associativos moçambicanos por esta entrevistados a respeito da inexistência de uma comunidade moçambicana tendo em conta os vários obstáculos que tiveram de transpor aquando da organização de encontros e atividades culturais por causa do problema da identificação de uma comunidade moçambicana...”*A comunidade moçambicana é uma comunidade silenciosa e discreta- mas é uma característica natural do moçambicano, que procura, acima de tudo, o sucesso profissional e a estabilidade familiar*” (entrevista, Lisboa, Abril de 2000, citado por Khan 2009: 156).

Já para o Dr. Afriano Malalane, solicitador da Casa de Moçambique, outro dos líderes entrevistados pela autora, a comunidade moçambicana é retratada como uma entidade difusa.

associações existentes focam, sobretudo, a ação pontual, de acordo com entretenimentos e objetivos culturais...*há pouca procura da parte dos imigrantes moçambicanos destas associações, devido às boas facilidades linguísticas e ao seu alto nível educacional, em termos de background académico e profissional, estas são as características da imigração moçambicana em Portugal*” (entrevista, Lisboa, 2000, citada por Khan 2009: 159).

Verifica-se, assim, para a autora, uma concordância entre imigrantes e líderes relativamente à inexistência de uma comunidade moçambicana em que a falta de diálogo e a ausência de uma comunidade bem organizada e estabelecida advém da ausência de um compromisso associativo para organizar e reunir a população moçambicana. Ao mesmo tempo surge a acusação feita pelos líderes associativos de que as suas atividades não são bem-sucedidas pelo facto de os imigrantes moçambicanos não estarem preocupados com a obtenção de uma representação cultural da sua cultura:

se, por um lado, tal não é entendido por eles como sendo uma prioridade diretamente ligada ao “sucesso profissional e à estabilidade familiar”, por outro, crê-se que semelhanças culturais e educacionais facilitam a integração em Portugal e representam um obstáculo “à identificação de que é moçambicano no seio da sociedade portuguesa”.

Assim a autora conclui que:

a etnicidade existente nas narrativas destes indivíduos está relacionada com os *inputs* sociais que se seguem: a ausência de qualquer forma específica de expressão cultural portuguesa ou moçambicana; a assimilação cultural no interior da sociedade portuguesa, associada a uma necessidade psicológica de distinção; a inexistência de uma verdadeira comunidade moçambicana; e uma falta de associações moçambicanas eficazes. (Khan 2009: 160).

Deste modo, para Khan, não é possível referirmo-nos a estes imigrantes como um grupo e a etnicidade é construída e emerge no seio do que a autora define como “microambientes”, a chamada “eticidade doméstica” que retrata as experiências “aculturativas” destes imigrantes moçambicanos, cuja única ligação existente se traduz efetivamente na “comida”, nos “pratos moçambicanos” que possibilitam a reunião de algumas “*famílias*”. Festas privadas e aniversários tornam possível manter um certo sentido de comunidade (Khan 2009).

De facto, para estes imigrantes, a complexidade que surge associada às suas experiências de imigração levou-os a adotarem estratégias específicas de sobrevivência com vista ao “*sucesso profissional e à estabilidade familiar*” (Khan 2009: 160)

No que diz respeito aos tópicos da comunidade e da representação cultural, os participantes consideram-se culturalmente “*calados/silenciosos*”, “*passivos*” e “*sem identidade*” por não encontrarem incentivos associativos que aproximem os moçambicanos como “*um povo*” com um “*valor de união*” e “*um valor enquanto pátria*” (ibidem:161)

Os dados resultantes deste projeto da investigadora confirmam as suas hipóteses iniciais de que (1) não é possível referirmo-nos a estes imigrantes como um grupo étnico porque

eles não possuem uma distinção cultural; (2) a etnicidade foi uma estratégia identitária construída em concordância com os *inputs* da estrutura social; (3) existe uma falta de clareza quanto à definição de uma cultura moçambicana; (4) a ausência de um sentido de comunidade; e, finalmente, (5) a demonstração de que não existem associações moçambicanas que tenham por objetivo central a reunião cultural dos imigrantes e o estímulo da emergência de uma cultura moçambicana.

Ainda de acordo com Khan e relativamente à questão da identidade destes imigrantes africanos moçambicanos, é possível sugerir que as suas identidades resultam de um constante trabalho de construção e (re)construção, e na qual se conjugam dimensões temporais diversas, de retratos de memórias assentes numa versão comparativa da perceção entre o “que fomos” e o que “vamos sendo”(Khan, 2004:263).

No que diz respeito ainda à cultura moçambicana, para a autora é difícil a sua definição pela inexistência de uma comunidade emissora e recetora dessa cultura. Simultaneamente, não existe uma comunidade, porque não há uma identidade que se possa representar como espaço de identificação e de referências culturais. Finalmente, não há uma identidade porque historicamente Moçambique é um país de simbioses e traçados culturais diversos entre si mesclados (Khan 2004:265).

Nestas secções procurámos abordar brevemente as questões relacionadas com imigração, fluxos migratórios, jovens imigrantes, integração, etnicidade, racismo. Estes e outros conceitos estão interligados e de facto este trabalho não pretende fazer um estado da arte de cada um deles, mas sim verificar as formas como alguns dos principais investigadores portugueses nestas áreas têm analisado estas temáticas. Feita a abordagem dos conceitos principais que enformam este trabalho, passamos agora para a contextualização das migrações de que iremos tratar adiante.

c) Contexto histórico das migrações africanas para Portugal nos últimos dez anos

No que diz respeito à situação atual das populações naturais ou provenientes de África estabelecidas em Portugal, incluindo os respetivos descendentes, João Vasconcelos refere um universo amplo e heterogéneo que, no seu conjunto, resulta da acumulação de três levas migratórias diferenciadas:

A primeira foi a migração laboral iniciada por volta de 1960, ainda no quadro colonial, que teve como destino principal a construção civil e obras públicas na Área Metropolitana de Lisboa, e que trouxe sobretudo cabo-verdianos; a segunda leva decorreu da descolonização pós-25 de Abril de 1975 e foi a de maior escala, trazendo à ex-metrópole cerca de 500 mil *retornados*. A maioria destes era de origem metropolitana, colonos e quadros técnicos e administrativos brancos que tinham emigrado para Angola e Moçambique, em grande número. A partir de finais da década de 1980, a migração laboral africana e, em menor número, aquela que é motivada pelo asilo político, voltou a aumentar. O período de relativa prosperidade e crescimento económico que se verificou em Portugal até 2007, aliado a fatores externos, dinamizou o mercado de trabalho e proporcionou a vinda de africanos dos PALOP (Vasconcelos, 2012)

Como resultado destes fluxos migratórios acumulados, a população de origem africana e afrodescendente é, quando comparada com outros países europeus, numerosa e o seu grosso concentra-se na Área Metropolitana de Lisboa, reside em bairros sociais e tem empregos pouco qualificados e mal remunerados (Vasconcelos, 2012).

No que diz respeito à questão da etnicidade enquanto fator influenciador na integração destes jovens imigrantes, e como já anteriormente referido na introdução, para Fernando Luís Machado e Raquel Matias, esta é definida como os contrastes e continuidades sociais e culturais das populações migrantes com as sociedades recetoras (Machado e Matias, 2006). Para estes autores, para além de multidimensional, esta ideia de etnicidade é processual pois designa processos e não necessariamente grupos – e relacional – a etnicidade é definida em relação à população envolvente. Assim, em cada país recetor, as populações imigrantes têm situações de etnicidade muito diversas, observando-se combinações variadas de contrastes e continuidades em diferentes dimensões sociais e culturais. Casos problemáticos, para os autores, são aqueles em que se sobrepõem múltiplos contrastes. De facto,

se se sobrepuserem condições de existência desfavoráveis, marcadas pela pobreza, sociabilidades fortemente autocentradas, concentração residencial, diferenças na língua e religião, poder-se-á estar perante um cenário de etnicidade forte em que etnicidade

significa comunidades étnicas com défice de integração e de exclusão.(Machado e Matias 2006:17)

Para estes autores, em Portugal, relativamente aos imigrantes dos “PALOP”, estes têm, maioritariamente, situações de contraste social um pouco mais forte e de contraste cultural um pouco menos forte, com a população portuguesa. É também o caso dos meus entrevistados, em que se verifica algum contraste social derivado à localização residencial e situação profissional e um menor contraste cultural através da identificação com a língua e com os costumes.

Ainda segundo estes autores:

Embora com variações de população para população, o que se observa, do lado social, é uma composição de classe puxada para baixo, com predomínio de classes populares, uma composição sociodemográfica mais jovem do que a da população portuguesa e algum nível de concentração residencial, especialmente em certos concelhos da cidade de Lisboa. Do lado cultural, a filiação religiosa é mais de continuidade do que de contraste; em termos linguísticos, há continuidades, mas também elementos de contraste; e há sociabilidades interétnicas disseminadas, em várias esferas do quotidiano. Não existem, portanto, até ao momento, situações de duplo contraste vincado (Machado, op. Cit.: 41-62 citado por Machado e Matias, 2006:18).

A formação destes cenários, de mais contrastes ou mais continuidades, de maior integração ou potencial exclusão, depende, finalmente, do grau de recetividade que os imigrantes e, sobretudo, os seus descendentes, encontram na sociedade onde se fixam, seja a recetividade da população em geral, seja a das autoridades governamentais através das políticas que põem em prática” (Machado, op. Cit.: 41-62 citado por Machado e Matias, 2006: 20).

Relativamente à caracterização dos imigrantes dos “PALOP”, trata-se sobretudo de migrantes laborais, muitos deles ainda na primeira fase do ciclo migratório, ou seja, com um tempo de residência ainda curto onde o mercado de trabalho é o mais importante domínio da sua vida (Machado e Azevedo,2009: 14).

d) Contexto histórico das migrações africanas moçambicanas para Portugal no Moçambique pós-independência

Na sua obra “Moçambicanidades Disputadas” Eugénio Santana identifica quatro fluxos migratórios na relação entre Moçambique e Portugal, respetivamente: o primeiro período antecede a independência e estende-se até à assinatura dos Acordos de Lusaka; o segundo abrange a fase das primeiras nacionalizações a seguir à proclamação da independência em 1975; o terceiro fluxo ocorreu entre 1977 e 1981 e o quarto período migratório que decorreu entre 1982 e 1994.

O quarto e último grupo de emigrantes corresponde ao grupo aqui abordado neste trabalho, e citamos as palavras do autor para o ilustrar. Caracteriza-se por:

reagrupamentos familiares, pela guerra, mas acima de tudo pelos processos envolvidos na construção da democratização, principalmente em virtude da assinatura dos acordos de cooperação (que permitiram a intensificação da mobilidade de estudantes e funcionários do Estado), no chamado período de Nação Democrática (a partir de 1994), em que a guerra e a fome deixam de ser a motivação para o êxodo. Este período é caracterizado por uma mudança da imigração: de maioritariamente feminina até 1991, a masculina em 2007, contrariando assim o sentido de outros fluxos migratórios africanos (Santana, 2011:32).

No que diz respeito aos dados estatísticos apurados pelo autor,

a população de estrangeiros com nacionalidade moçambicana em Portugal é estimada em cerca de 6 mil. Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras português, referentes a 2006, dos 5854 residentes regulares de nacionalidade moçambicana, 3079 são homens e 2775 mulheres, estando concentrados na sua maioria na área de Lisboa (cerca de 3814). O embaixador moçambicano estima em 600 o universo de estudantes (Santana 2011: 32).

Relativamente à imigração em Portugal, para o autor esta é muito recente e estará associada, aos processos que conduziram à dissolução de Moçambique enquanto colónia, à instalação do Estado na I República; às vicissitudes políticas e económicas

que acompanharam este momento de viragem na História moçambicana; e à redefinição política do regime com o advento da II República. Com a construção do que Santana chama moçambicanidade, começa um novo ciclo migratório internacional (Santana 2011: 61).

No que concerne a comunidade migrante moçambicana em Portugal, para este autor, mais do que a perspectiva do país de acolhimento, é necessário procurar os fatores que a apoiam, e a sua heterogeneidade. As redes sociais serão fundamentais para a integração destes imigrantes e a análise da sociabilidade dentro dessas mesmas redes permitirá perceber a sua heterogeneidade por vezes até conflituosa podendo chegar a contextos de exclusão (Santana, 2011: 140).

No que diz respeito aos estudos sobre imigrantes moçambicanos em Portugal, Santana refere que a maioria se centra nas comunidades islâmica ou hindu, partindo do pressuposto de que estas, além de migrantes, são minorias religiosas. Assim, e referindo Jorge Malheiros, fala-se de “comunidades muçulmanas e islâmicas de Moçambique com origem em Paquistão e Índia e de “comunidade ismaelita de Portugal (Malheiros (1996: 118 e 120, citado por Santana, 2011), de “grupos de origem indiana oriundos de Moçambique, quer sunitas quer ismaelitas (Bastos e Bastos 2006, p. 176, citado por Santana:2011); referindo Pires, fala-se também da “população branca das colónias” (Pires *et al.* 1984, p. 181 citado por Santana,2011), mas de acordo com Santana não existem dados que reflitam a comunidade moçambicana, a sua heterogeneidade, no sentido de explorar a interação entre as suas diferentes comunidades religiosas, raciais, étnicas (Santana 2011: 36). Contudo, apesar desta ainda tendência de homogeneidade nos estudos, Santana refere alguns estudos como os de Bastos e Bastos (1999; 2006) que tentaram contrariar esta tendência mas que, para o autor, ainda se limitaram aos universos de análise das comunidades religiosas. Além disso, de acordo com Santana, a literatura não tem refletido a vertente da confluência negra de origem moçambicana com as outras categorias “étnicas” (brancos retornados, “indianos”, hindus, muçulmanos, cristãos, etc).

Assim, para Santana, apesar de os estudos sobre imigração em Portugal serem importantes, e referindo Turino, tendem a situar-se “em um nível genérico, mas uniforme demais para lidar com a diferença e as contradições entre os indivíduos e destes para consigo mesmos (Turino 1999, p. 17, citado por Santana 2011). Nesse

sentido, conclui o autor, é importante fazer estudos sobre a população imigrante moçambicana em Portugal, onde diversas identidades sociais se confrontam em busca de uma identidade no país de acolhimento sem excluir o de origem.

Santana debruçou-se no seu trabalho sobre as festas no seio da população moçambicana em Portugal. Para o autor, as festas, referindo-se a outros autores são:

uma forma de exaltação da identidade, da solidariedade, da memória social, (Subuhana 2002; Boissevain *et al.* 1992; Connerton 1999) são pontos de entrada privilegiados para focar as formas de etnicidade pós-migratórias, na medida em que, como referem Basch, Schiller e Blanc, permitem captar “os processos através dos quais os imigrantes constroem um campo social que articula o país de origem com o país de acolhimento (Basch *et. al* 1994, p. 1, citado por Santana 2011: 37).

No que diz respeito aos estudos feitos sobre imigração internacional no contexto português, para este autor, nomeadamente os desenvolvidos pelo Observatório da Imigração e editados pela ACIME, hoje ACIDI, a maioria versa temas relacionados com a integração, privilegiando assim a perspetiva do Estado e da sociedade dita de acolhimento. Desta forma, esta visão redutora acaba por descurar os estudos relativos a festas, poesia, património, entre outros, ou seja, aquilo que o autor define como os “estudos sobre temáticas definidas a partir da procura de conhecimento do olhar dos migrantes sobre si próprios e que para o autor terão um significado identitário fundamental. Por outro lado, e referindo-se aos estudos de Bastos e Bastos, o autor frisa o facto de estes estudos promovidos oficialmente incidirem apenas sobre o que classifica como relações entre categorias sociais (“PALOP; “do Leste”, “do Brasil”), ou dentro dos “PALOP”, ou ainda das “comunidades lusófonas) que são “simplificações grosseiras de realidades hipercomplexas, insensíveis à natureza processual e situacional das interidentificações, e se limitarem a refletir pontos de vista estereotipados (Bastos e Bastos 2006, p. 38). Ora, para o autor, a questão do sujeito que define os temas a serem abordados é importante (Santana 2011:35).

Como veremos no capítulo seguinte, os meus interlocutores pertencem ao grupo identificado e analisado por Santana e outros autores que trabalharam questões relacionadas com Moçambique. Segue-se por isso, a apresentação dos resultados da pesquisa empírica realizada.

Cap. 4. Estudo de caso

4.1 Dados empíricos do estudo de caso: descrição

O método etnográfico do estudo de caso compreendeu a realização de dez entrevistas a um grupo de jovens africanos moçambicanos imigrados em Portugal nos últimos quinze anos a residir nos arredores de Lisboa e a observação participante de dois eventos, nomeadamente, do evento “Especial Moçambique no Centro InterculturaCidade” e do aniversário de uma das entrevistadas.

No que diz respeito à descrição dos eventos, o primeiro, dedicado a Moçambique, decorreu no passado dia 16 de julho de 2016, em Lisboa, e incluiu uma mostra de artesanato, um jantar com gastronomia de Moçambique e dois momentos culturais após o jantar com poesia de intervenção proferida pelo jovem rapper moçambicano El Kappa e um grupo de danças tradicionais moçambicanas, Xiluva. Neste jantar estiveram presentes alguns elementos oficiais como o ministro-conselheiro Ananias Sigauque, o Adido Consular, Celso Gusse e a representante da OMM (Organização da Mulher Moçambicana), Ana Massamba e puderam observar-se dois grupos distintos: um grupo de pessoas mais velhas de portugueses brancos amigos de Moçambique e outros que viveram lá, e o grupo de africanos, mais jovens, entre os quais, os artistas que atuaram, e ainda alguns moçambicanos convidados e as suas famílias.

O outro evento em que participei foi o aniversário duma jovem moçambicana para o qual fui convidada e que decorreu no dia 17 de agosto de 2016, num restaurante moçambicano, o Aziz, em Lisboa. Neste jantar esteve também presente uma das entrevistadas com quem foi possível confraternizar; em relação aos outros convidados, maioritariamente moçambicanos, como não os conhecia, não houve o acesso desejado. Nesse sentido o contacto em “bola de neve” descrito antes foi essencial.

4.2 Grupo de entrevistados: quem/quantos são, porque os escolhi e onde

Quadro 2: classificação dos entrevistados

Nomes dos entrevistados ⁴	Idade	Profissão	Local de nascimento em Moçambique	Há quanto tempo a residir em Portugal	Local de residência em Portugal
Maria Manuel	28	Auxiliar de ação educativa	Búzio	10 anos	Olaias
Victor Sono	29	Hotelaria	Maputo	7 anos	Restauradores
Pimentel José	33	Alpinista	Beira	16 anos	Benfica
Quitéria Chilaúle	28	Relações Públicas	Gaza, Xai Xai	5 anos	Queluz
António Sebastião	34	Estudante e presidente da associação de estudantes moçambicanos do núcleo de Lisboa	Maputo	13 anos	Areiro
Fantoche Dauto	32	Informático	Gaza, Xai Xai	3 anos	Queluz
Celia Cambula	24	Comercial	Maputo	2 anos	Amadora
Emmanuel	26	Estudante	Maputo	1 ano	Queluz

⁴ Os interlocutores aceitaram fornecer os seus nomes e dados para a recolha no âmbito desta tese.

Cortez					
Pedro Passos	25	Estudante	Maputo	4 anos	Amadora
Dumas Chiconele	38	Contabilista em Moçambique	Maputo	1 ano e meio	Algés

No que diz respeito ao grupo de entrevistados escolhidos, trata-se de um conjunto de dez informantes oriundos de Moçambique, dos distritos de Maputo (seis), Beira (um), Gaza, Xai-Xai (dois) e Búzio (um), seis do sexo masculino e quatro do sexo feminino entre os 24 e os 38 anos a residirem em Portugal há menos de dez anos nos concelhos de Oeiras, Amadora e Lisboa, mais concretamente, Queluz, Algés, Amadora, Olaias, Areeiro e Restauradores.

Este leque de entrevistados foi possível, como já referido anteriormente, pelo acesso através da primeira entrevistada, Maria Manuel. Procurei que estes contactos correspondessem à faixa etária de jovens adultos (25-35 anos mais ou menos), e que residissem em Lisboa e arredores. Todos saíram de Moçambique nos últimos quinze e vieram para Portugal continuar os estudos e procurar oportunidades de trabalho. Trata-se maioritariamente de estudantes do ensino superior que tiveram de recorrer a empregos temporários e precários para poder pagar os estudos, nomeadamente em *call centers*. O local de realização das entrevistas compreendeu dois tipos de lugares distintos: locais públicos como cafés e centros comerciais e as outras nas residências dos entrevistados.

Guião das entrevistas:

Dados Gerais

Nome

Idade

Data de nascimento e local

Morada / Local de Residência

Profissão /Ocupação

Questões

1. Há quanto tempo saiu de Moçambique?
2. Que motivos o/a levaram a sair?
3. Porquê Portugal?
4. Como vê a sua integração na sociedade portuguesa e como foi o acolhimento?
5. Alguma vez sentiu algum tipo de discriminação?
6. Como se relaciona com os outros moçambicanos residentes em Portugal?
Costumam-se reunir nalguma associação ou organizar eventos?
7. Como define a identidade moçambicana?
8. Como vê Moçambique hoje em dia?
9. Tenciona regressar?

Para a construção deste guião simples e aberto, e para a condução das entrevistas não estruturadas ou semi-estruturadas que foram as escolhidas neste projeto de investigação, tive em consideração sobretudo os conselhos de Burgess. Burgess refere que é fundamental a forma como se põem as questões. Referindo-se a Spradley (1979) este identificou três tipos principais de questões postas, passo a citar:

Em primeiro lugar, as questões descritivas (informações factuais como a data e local de nascimento, profissão, morada, etc) que permitem ao informante fazer declarações acerca das suas atividades. Em segundo lugar, as questões estruturais que procuram determinar como os informantes organizam os seus conhecimentos e, finalmente, questões de contraste que permitem aos informantes discutir os significados de

situações e dar-lhes uma oportunidade para comparar situações e acontecimentos no seu mundo (Burgess, 1984:122)

De facto, a formulação das perguntas é uma questão que os entrevistadores devem constantemente vigiar numa abordagem não estruturada, nomeadamente, vigiar a direção, a profundidade e o pormenor da entrevista, os tópicos a incluir e a evitar, bem como a ordem pela qual as questões são postas (Burgess 1984: 122).

Categorias de análise das entrevistas

Após a realização das entrevistas, procedi a uma análise de conteúdo das mesmas, tendo selecionado à partida um conjunto de categorias. Por sua vez, elas foram selecionadas de acordo com as hipóteses iniciais para este trabalho e foram as seguintes:

- Integração
- Representação da sociedade de acolhimento
- Situações de discriminação
- Comunidade moçambicana
- Identidade moçambicana
- Perceção do Moçambique atual
- Perspetivas de futuro: regressar ou não a Moçambique

A escolha destas categorias é justificada pelo objetivo principal desta investigação de procurar apurar como se deu o processo de integração destes jovens imigrantes africanos moçambicanos e com que características, nomeadamente, se se tratou de uma integração positiva e bem-sucedida na sociedade de acolhimento, ou se, pelo contrário, essa integração teve consequências negativas, nomeadamente, situações de exclusão, discriminação e mesmo racismo.

Análise das entrevistas de acordo com as categorias selecionadas

Relativamente às categorias principais da Integração e Acolhimento, a partir das entrevistas realizadas, podemos dividir o grupo dos entrevistados em dois: um levemente maioritário (6 pessoas em 10), que testemunharam uma integração positiva e eficaz, na qual o acolhimento é representado enquanto bem-sucedido; e o outro grupo que sentiu dificuldades na integração e relatou abertamente situações de discriminação, exclusão e racismo. As razões principais apontadas para o sucesso dessa integração pelo primeiro grupo, podem ser resumidas nos seguintes fatores: a presença de familiares em Portugal; uma anterior estadia em Portugal; um casamento misto, nomeadamente com um cônjuge de origem portuguesa; a afinidade da língua; o próprio “esforço” feito no sentido de uma integração positiva e o apoio sentido por parte de professores e colegas.

Relativamente ao grupo que referiu dificuldades no processo de integração, foram mencionados problemas com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para a legalização e renovação do visto (um dos entrevistados esteve ilegal durante 8 anos); os que sentiram dificuldades por causa da língua e hábitos culturais diferentes e outros foram alvo de exclusão e mesmo situações de racismo em contextos laboral, estudantil e no dia-a-dia.

Podemos realçar, portanto, que relativamente aos processos de integração e acolhimento, nos casos de sucesso, são fundamentais as próprias redes pessoais em Portugal. A presença, portanto, de outros familiares de origem moçambicana, assim como estar inseridos no tecido social português (casamento, etc), faz com que os jovens imigrantes construam uma relação direta com o país de acolhimento e laços de afinidade e empatia.

Em relação a este segundo grupo, para Maria, que, como já dito, foi a informante privilegiada e que deu a entrevista mais completa, os portugueses são definidos como «acolhedores, mas não deixam de olhar para o africano como o “estrangeirismo”».

Para além disso, a entrevistada refere que entre os jovens moçambicanos, principalmente os que estão cá a estudar, existe um grande desinteresse em relação à cultura portuguesa, em todos os aspetos, ao ponto de «não saberem sequer quem é o Presidente da República». E acrescenta: «estão cá e não se relacionam, nem ao nível da cultura e a maioria vem cá só para estudar e vão-se logo embora [...] Não existe relação e recusam-se pois dizem que o português é racista».

A representação da sociedade de acolhimento foi por alguns entrevistados também associada à questão do colonialismo. Para Maria, por exemplo, e pelo contacto que tem tido com os outros moçambicanos, nomeadamente como promotora da área da Cultura da Embaixada e Consulado de Moçambique em Portugal e formadora da Academia UBUNTU: «os jovens moçambicanos ainda sentem muito a guerra de descolonização, é assunto “tabu” e não falam disso»; sentem uma grande mágoa em relação aos portugueses que não aceitam bem, mesmo aqueles que não sofreram diretamente a guerra, mas que tiveram familiares. E ainda hoje em dia, alguns jovens recusam-se a conviver com os portugueses porque acham que ainda existe “aquilo” que naquela altura fizeram aos moçambicanos».

Paralelamente, é possível também afirmar que as melhorias nas relações entre os jovens moçambicanos e os portugueses são devidas principalmente à presença de experiências partilhadas: a guerra de descolonização, por exemplo, cria um espaço de empatia e faz com que os próprios portugueses que nela participaram se identifiquem com os moçambicanos por serem ambos vítimas das suas consequências.

No que diz respeito ao segundo eixo de investigação, “situações de discriminação e racismo”, Maria foi uma das entrevistadas que as sentiu, tanto na escola como no local de trabalho. Frisa a questão do racismo associado a uma questão de ignorância dos portugueses de apenas traduzirem o que veem nos *media* por nunca terem saído de Portugal. Utilizou expressões como: «o que eu sentia na escola, da parte dos colegas, era que olhavam para mim como uma coitadinha que vinha de África e cheguei a sofrer “bullying”; até agora no meu trabalho, antes de saberem que eu sou licenciada, era vista como uma nabinha; continuam a olhar para o africano, para o “preto” ainda como um ser básico, um ser ignorante que nunca calçou sapato pois são as imagens que passam na televisão». Para Maria trata-se, acima de tudo, de uma situação de criação de estereótipos relativamente ao africano por os portugueses serem pessoas que nunca saíram de Portugal.

Também outra entrevistada sentiu discriminação ao longo do seu processo de integração, nomeadamente, na faculdade, onde se sentiu por vezes posta de parte pelos colegas que tinham uma dinâmica própria em termos de trabalho, ao ponto de sentir que tinha de fazer sozinha trabalhos que eram em grupo. No primeiro ano sentiu dificuldades em fazer amizades e refere que essa situação se deveu ao facto de ser a única africana na turma. Referiu ainda o facto de a faculdade que frequentou, a Escola

Superior de Comunicação Social, não ter um programa de acolhimento para estudantes estrangeiros, sobretudo os africanos.

Já Célia sentiu não propriamente discriminação, mas exclusão, no acesso ao emprego por parte da pessoa que a estava a recrutar pelo facto de ainda não ter o Visto de Residente. Além disso, no dia-a-dia por vezes sentiu que as pessoas a olhavam com receio e desconfiança («desconfiança em relação às pessoas africanas» foi a expressão utilizada) e chegou a ser alvo de racismo, que relacionou como resultado de uma certa ignorância da pessoa que o manifestou por ter seguido o estereótipo do “negro”. Disse-nos Célia: «foi no Porto, onde quase não se veem pessoas africanas, num café em que o empregado perguntou se eu iria pagar a conta».

Também Dumas sofreu problemas de discriminação ao longo da sua integração, nomeadamente, na faculdade, onde os colegas não se relacionavam com ele nem com os outros moçambicanos e tinham inclusive «uma imagem de Moçambique como um país paupérrimo que nem sabiam onde era». Outra das situações reportada foi quando andou à procura de casa em que, mesmo com fiador, o senhorio desistiu à última hora quando viu que Dumas era africano. Com o tempo, a situação estabilizou e hoje sente-se bem integrado.

Relativamente aos outros entrevistados, não foram reportadas situações concretas de discriminação, e houve inclusive quem defendesse a ideia que muitas vezes essa discriminação é responsabilidade dos próprios imigrantes que «são discriminados porque se deixam discriminar, deixam-se estar e não procuram melhor porque vêm de realidades terríveis e vão sobrevivendo, vivendo dos subsídios e quase não têm poder de compra e aí existe uma discriminação “mascarada”. Para os restantes, a integração foi bem-sucedida porque, segundo eles, foram os próprios a fazer um esforço nesse sentido. Disse um deles: «eu fiz um esforço por me integrar; acho que a maioria dos moçambicanos não se esforça e desanima facilmente; nunca me conformei em ter de ir viver para os subúrbios como a maioria dos moçambicanos».

No que diz respeito às representações da existência duma comunidade moçambicana, quase a totalidade afirma esta não existir por se encontrarem todos dispersos, havendo inclusive quem critique a forma de funcionamento das poucas associações moçambicanas que existem. Para uma das entrevistadas, por exemplo, «não existe uma comunidade moçambicana que realmente represente a cultura de Moçambique visto que

as associações moçambicanas que existem terem e seguirem apenas a ideologia da Frelimo». Ainda segundo a mesma interlocutora, relativamente às instituições, «não funcionam a nível nacional e dependem muito das afinidades políticas». Para outro dos entrevistados, houve tempos em que «essa comunidade terá existido e reuniam-se num café no Saldanha e organizavam-se festas, mas entretanto terá corrido o rumor, nomeadamente na Embaixada, que só se reuniam para beber e o grupo começou a dispersar. Atualmente estão mais dispersos, mas existem pequenos grupos como o dos estudantes, ou o dos trabalhadores [...] Em termos de apoio por parte da Embaixada e Consulado, este é muito limitado, mesmo relativamente a problemas com Passaportes e Vistos, sobretudo quando há urgências, e as coisas não são resolvidas em tempo útil».

Também para Célia, Dauto, Pedro e Dumas, não existe uma comunidade. Para estes, a comunidade é sobretudo a nível virtual, através das redes sociais e não tendo acesso de fato a um espaço físico na cidade dedicado a Moçambique. Ademais, os moçambicanos estão muito dispersos e não existe informação, por exemplo, sobre comemorações de datas importantes. Disse-nos Célia: «Fui à Embaixada e ninguém me soube responder, nem dizer onde podia encontrar outros moçambicanos. A comunidade moçambicana é muito fechada; na faculdade, tentei-me integrar mas não foi fácil, pois a única comunidade africana que havia era cabo-verdiana, os moçambicanos estavam todos dispersos». Também Pedro corrobora esta opinião: «Não existe, só conheci moçambicanos quando fui a um convívio de moçambicanos, antes disso não tinha conhecido ninguém. Houve alguns eventos quando estive o Dr. Said na Embaixada, atualmente não organizam».

Já para outro entrevistado, chegado há apenas ano e meio a Portugal, quando questionado sobre a existência duma comunidade moçambicana, disse não ter tido conhecimento de quaisquer eventos ou encontros e quando pediu apoio ao presidente da AEMOP para a questão do visto e alojamento, não obteve resposta. Este entrevistado foi mesmo bastante crítico relativamente à Associação, referindo que «esta apoia apenas uma minoria de estudantes universitários conotados politicamente com o Governo, não tendo assim a representatividade desejada pelo geral da população».

Pelo contrário, houve outros entrevistados que referiram que «a mesma associação tem de facto utilidade, e que têm sido organizados jantares e eventos com sucesso onde se fala da situação atual de Moçambique».

António Sebastião, um dos entrevistados e presidente da AEMOP, quando inquirido sobre a existência ou não duma comunidade moçambicana, afirmou que a comunidade moçambicana aqui em Lisboa e mesmo em Portugal «não é uma comunidade fácil, não existe união uma vez que as pessoas estão dispersas encontram-se sobretudo em eventos institucionais. [...] Não ajuda a ideia que os moçambicanos têm de que a Embaixada é ainda muito fechada e distante da comunidade em que a própria Embaixada parece recluir os conflitos existentes em Moçambique entre a Renamo e a Frelimo. O novo cônsul, por exemplo, está a fazer um bom trabalho no sentido de procurar juntar a comunidade moçambicana aqui em Portugal na jurisdição de Lisboa sob a forma de associações».

Quanto aos principais problemas apontados pelos estudantes, foram referidas as questões financeiras, nomeadamente, bolsas que vêm em atraso, o que dificulta o pagamento do alojamento e das propinas da faculdade. Foram também referidos problemas no acesso aos cuidados de saúde e com o SEF na legalização dos estudantes e a integração social. Quando inquirido sobre o que tem sido feito para tentar resolver estes problemas, o presidente da AEMOP disse-nos «estar a trabalhar para aproximar a comunidade estudantil das instituições da comunidade moçambicana e organizar eventos».

Relativamente à questão da identidade moçambicana, ao que, segundo os entrevistados, define o que é ser-se moçambicano, a opinião parece ser unânime. Eles definem-se enquanto um povo discreto, reservado, que não se gosta de dar a conhecer, mas ao mesmo tempo acolhedor, cordial, simpático. Foram utilizadas expressões como: «...é um povo reservado, discreto, que não gosta de falar ou se dar a conhecer» (Maria); «O que eu acho que define o moçambicano é a essência da pessoa, o moçambicano é muito hospitaleiro, carismático, é muito feliz. O que o identifica é o jeito, a fala, a pronúncia, a maneira de sorrir, o que identifica Moçambique é a alegria» (Célia); «A simpatia do povo, um, pouco de passividade, a discrição, o sotaque dependendo da região» (Emmanuel); «Moçambique é terra de boa gente», «somos boas pessoas» (Pedro); «o que identifica o moçambicano é a simpatia, a simplicidade, a cordialidade e a discrição» (Dumas).

Quanto à opinião dos entrevistados sobre Moçambique atual, quase todos têm uma perceção negativa e crítica, principalmente a nível social. Foram utilizadas expressões

como: «...há ainda muita pobreza e o governo não está preocupado nem olha para as causas sociais. Só está preocupado com a política» (Maria); «está mau, o governo em vez de apoiar tira dinheiro da população que está cada vez mais pobre e revoltada» (António). «Existe inclusive corrupção entre as forças policiais e uma grande discrepância entre ricos e pobres» (Pimentel); «...em termos sociais está a degradar-se, governo não está preocupado em desenvolver a sociedade» (Célia); «desde 2014, com a crise financeira e os conflitos militares, a situação degradou-se, parou o investimento estrangeiro, diminuiu a produção nacional, as exportações, o poder de compra. O apoio internacional das organizações é apenas em teoria, na prática não se vêem resultados» (Dumas).

Quanto a regressarem ou não ao seu país, cinco afirmam pretender regressar; dois estão na dúvida, o que parece estar relacionado com a evolução da situação no país, e três não pretendem regressar, dois deles devido à insegurança e instabilidade que o país atravessa e um e o único do grupo, que entretanto adquiriu nacionalidade portuguesa.

No que diz respeito às categorias dominantes, destacam-se a integração e a representação da sociedade de acolhimento, nomeadamente, com as situações descritas de discriminação, exclusão e racismo vivenciadas por alguns dos entrevistados, tanto em contexto estudantil, como laboral e inclusive no dia-a-dia. Salienta-se também a categoria da representação da comunidade moçambicana, nomeadamente, a falta de uma comunidade moçambicana representativa e os fatores que explicam essa inexistência, e a categoria da identidade moçambicana, nas vertentes pessoal e social. A este respeito, estaremos a falar daquilo que terá sido referenciado por alguns entrevistados como características negativas do moçambicano e que potenciarão as suas dificuldades de integração. De facto, a falta de uma coesão interna entre o grupo de moçambicanos em Portugal, caracterizada por uma oposição entre interesses distintos (grupo dos estudantes em oposição ao dos trabalhadores e o grupo dos apoiantes do governo em oposição aos não-apoiantes), como emergiu ao longo das entrevistas, acaba por fragilizar e afetar também o seu processo de integração.

No que diz respeito aos planos futuro de um possível regresso, a atual situação socioeconómica de Moçambique é o principal fator inibidor da concretização deste projeto, mesmo quando a inserção no país de acolhimento não alcança os resultados desejados.

4.3 Reflexão sobre os dados

A partir destas considerações, e retomando as hipóteses de partida, o presente projeto deu-nos a possibilidade de confirmar todas as três.

Relativamente à primeira questão, ou seja, o fato de os jovens moçambicanos estarem ou não integrados no tecido social português, podemos deduzir que eles, efetivamente, constituem ainda uma minoria.

Com efeito, e no que diz respeito ao seu percurso migratório e processo de integração, são demonstradas, maioritariamente, situações de contraste social com a população portuguesa, derivado à localização residencial e, sobretudo, à situação profissional, no entanto, é menor o contraste cultural ligado à língua e aos costumes.

O mesmo parece passar-se também com o que diz respeito à questão da etnicidade enquanto fator influenciador na integração destes jovens imigrantes. De facto, se consideramos a etnicidade como os contrastes e continuidades sociais e culturais das populações migrantes com as sociedades recetoras (Machado e Matias, 2006), as entrevistas demonstraram claramente como esta conflitualidade tem uma dimensão multidimensional e relacional, definida não apenas em relação à população envolvente, mas também entre os próprios imigrantes. As entrevistas mostraram, de facto, que no país recetor, as populações imigrantes têm situações de etnicidade muito diversas, observando-se combinações variadas de contrastes e continuidades em diferentes dimensões sociais e culturais: veja-se as diferenças entre os interesses dos trabalhadores contra as reivindicações dos estudantes. Poder-se-á dizer que o que experimentaram os entrevistados, nas suas experiências de integração negativas, foi o que Fernando Luís Machado e Raquel Matias classificam como casos problemáticos, isto é, aqueles em que se sobrepõem múltiplos contrastes.

Machado acrescenta ainda que existe uma relação clara entre racismo, exclusão e integração em que o racismo, ao ser na sua origem um fenómeno revelador de défices de integração, é-o também nos seus efeitos. Assim, racismo e exclusão alimentam-se reciprocamente. Com base nestas considerações, os jovens moçambicanos em Portugal constituem, portanto, uma minoria, isto é, no sentido de ter um acesso condicionado a alguns contextos de educação, de trabalho e de convívio social em relação ao grupo dominantes, o dos portugueses.

No que diz respeito ainda à problemática dos processos de integração e acolhimento, para Rui Pena Pires estes estão intrinsecamente ligados com os conceitos de assimilação

e etnicização enquanto modalidades distintas de integração dos imigrantes: a assimilação é concebida como o processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença à sociedade de chegada, e a etnicização caracteriza-se pelo conjunto de processos de construção de uma identidade coletiva no confronto dos imigrantes com as reações à sua presença na sociedade de chegada (Pires, 2003). Isto leva-nos a analisar a segunda questão de partida relativa às práticas de aculturação. De acordo com Machado, os processos que favorecem a integração de minorias, seja, principalmente, pela redução de contrastes sociais, seja, secundariamente, pelo fortalecimento de continuidades culturais, promovem, por sua vez, a redução do racismo (Machado 2001). A partir dos relatos recolhidos e da observação participante, podemos realmente comprovar essas hipóteses. Os processos bem-sucedidos de integração acontecem nos casos em que a relação pessoal do imigrante com o país de acolhimento é construída ou a partir de laços familiares diretos (por exemplo, através dos casamentos mistos); ou quando o processo de aculturação é fruto dos esforços e da proatividade dos próprios imigrantes. Estas duas circunstâncias emergiram das entrevistas como os principais fatores de sucesso. E, como já dito, a ausência de uma comunidade moçambicana e os limites das associações presentes no território de acolhimento, mostram como quase não existem práticas de aculturação paralelas a nível coletivo promovidas pela comunidade moçambicana.

Por fim e reportando agora Sheila Khan, no que diz respeito à etnicidade destes jovens imigrantes, esta é construída e emerge no seio do que a autora define como “microambientes”, a chamada “eticidade doméstica” através das festas privadas e aniversários que tornam possível manter um certo sentido de comunidade (Khan, 2009). Relativamente às suas perceções da existência duma comunidade moçambicana, e corroborando a perspectiva de Khan, esta é de facto inexistente e os moçambicanos encontram-se, assim sobretudo dispersos não havendo um compromisso associativo para organizar e reunir a população moçambicana. Disseram-nos alguns dos entrevistados: «a comunidade é sobretudo a nível virtual, os moçambicanos estão muito dispersos e não existe informação, por exemplo, sobre comemorações de datas importantes»; «não existe, só conheci moçambicanos quando fui a um convívio de moçambicanos, antes disso não tinha conhecido ninguém».

5. Conclusões

Este projeto de investigação teve como objetivo principal a análise do percurso migratório e experiências de aculturação e integração dos jovens imigrantes africanos moçambicanos em Portugal nos últimos quinze anos, com especial enfoque na Área Metropolitana de Lisboa.

Como referido inicialmente, as hipóteses de investigação tiveram por base a obra de Sheila Khan “Imigrantes africanos moçambicanos : narrativa de imigração e identidade e estratégias de aculturação em Portugal e na Inglaterra”, nomeadamente, apurar, à luz dos dias de hoje, se estes jovens imigrantes constituem ou não um grupo bem inserido na sociedade de acolhimento; se as suas práticas de aculturação são eficazes ou se, pelo contrário, são registadas situações de discriminação e racismo durante o seu processo de integração e se os imigrantes africanos moçambicanos constituem ou não uma comunidade.

Para procurar responder a estas questões, recorreremos à análise da atual situação política, social e económica de Moçambique para compreender melhor os motivos que levaram estes jovens a imigrar e como se processou esse percurso migratório na sociedade de chegada.

De acordo com os autores que têm dedicado especial atenção e estudos à temática da imigração, procuramos abordar os conceitos e problemáticas inerentes a estas questões e utilizamos o método do estudo de caso, privilegiando uma investigação qualitativa através das entrevistas semi-dirigidas e informais e três de carácter mais institucional e a observação participante de dois eventos para os quais fui convidada.

Ao longo deste trabalho, foram sentidos vários problemas relativos, quer à recolha dos dados, quer ao contacto com os entrevistados. Relativamente ao primeiro ponto, os poucos estudos existentes sobre a comunidade moçambicana em Portugal e realizados por investigadores portugueses, dificultou a obtenção da respetiva bibliografia e dados estatísticos. Relativamente ao segundo ponto, refere-se aqui as dificuldades sentidas ao longo do trabalho de campo, nomeadamente o acesso aos entrevistados, que só foi possíveis através de uma informante privilegiada que facultou muitos desses contactos. Também acredita-se que o papel do investigador nunca seja neutral e talvez, nesse caso

específico, por não ser moçambicana, senti algum receio e estranheza por parte de algumas pessoas com quem contactei. Estas dificuldades foram superadas graças novamente à mediação da primeira jovem que entrevistei, a Maria Manuel.

Em conclusão, é possível afirmar que estes jovens imigrantes africanos moçambicanos residentes na Área Metropolitana de Lisboa, não constituem um grupo bem inserido na sociedade de acolhimento, devido sobretudo à precariedade dos trabalhos, como já referido, a que muitos acabam por recorrer para poder pagar os estudos; ao facto de residirem quase na totalidade nos arredores de Lisboa, o que comporta porventura um maior efeito de dispersão no território; e, por fim, às situações de discriminação e racismo que alguns sofreram. Assim, e na sequência deste último fator, podemos também concluir que as suas práticas de aculturação não são eficazes e, quando presentes, são fruto maioritariamente da sua iniciativa individual mas quase nunca organizadas a nível institucional. De facto, segundo alguns dos entrevistados, a falta de apoio por parte da embaixada e consulado, no que diz respeito a questões como a legalização e integração dos estudantes no ensino superior, dificultou a sua integração a todos os níveis.

Quanto à questão de perceber se estes imigrantes moçambicanos africanos constituem ou não uma comunidade, a resposta é não: de facto, por um lado, encontram-se sobretudo dispersos e raramente se reúnem, apenas em eventos comemorativos institucionais e festas de aniversário. Por outro lado, também não existe uma comunidade no sentido clássico, por eles não se sentirem parte duma única diáspora em Portugal, e criando dificilmente redes de solidariedade étnica a favor de uma “etnicidade doméstica” e pontual.

A hipótese geral, baseada na leitura da obra de Sheila Khan, segundo a qual a integração está intimamente ligada ao nível de aculturação e à capacidade das comunidades migrantes, acredita-se seja confirmada pelo trabalho de investigação e pelo trabalho de campo.

À luz do que foi exposto até aqui, acredita-se que o presente projeto seja útil para destacar alguns aspetos que poderão ser explorados mais aprofundadamente em próximos estudos. Em primeiro lugar, perceber as razões de uma tal fragmentação dentro da comunidade presente em Portugal. Se as causas são devidas à heterogeneidade do grupo representado; se têm correspondências no país de origem; ou se, pelo

contrário, são fruto da dispersão encontrada no país de destino. Neste último caso, seria talvez importante avaliar a hipótese da criação de instituições de apoio e monitorização desta minoria específica de modo a promover uma maior e mais eficaz integração.

Em segundo lugar, o presente trabalho mostrou como ainda são fortemente visíveis lógicas discriminatórias e a reprodução de estereótipos pejorativos que condicionam as práticas diárias dos imigrantes, não apenas nos contextos afetados por limitações económicas e sociais, mas também - o que é mais grave - em contextos culturalmente desenvolvidos, nomeadamente nas instituições do ensino superior, que muitos desses jovens frequentam diariamente, nos locais de trabalho e mesmo no dia-a-dia. Isto leva-nos, assim, a uma posterior consideração, de que os processos de integração e acolhimento, no que à sociedade civil dizem respeito, ainda estarão num estado algo deficitário. É nesse sentido que se espera que futuros esforços de pesquisa nessa área possam também ter mais ressonâncias fora das paredes das universidades e se traduzir em ações mais efetivas que contribuam para a promoção da inclusão das diferenças. Ao mesmo tempo deseja-se que as instituições responsáveis pela receção e integração destes imigrantes, dinamizem os espaços criados, facilitando um maior intercâmbio entre as culturas moçambicana e portuguesa.

6. Referências bibliográficas

Alves, Ana Rita Lopes (2013), *Para uma Compreensão da segregação residencial: o Plano Especial de Realojamento e o (Anti-) Racismo*, Tese de Mestrado em Migrações, Interetnicidades e Transnacionalíssimo, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Burgess, Robert (1997), *A pesquisa de terreno: uma introdução*, Oeiras, Editora Celta,

Burgess, Robert (1984), *In the field: An Introduction to Field Research*, Allen e Unwin, 1984

Berger P. e Thomas Luckmann (2004), *A Construção Social da Realidade*, Dinalivro.

Chichava, Sérgio (2014), “Introdução, in Luís Brito et al. *Desafios para Moçambique*, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Maputo.

Costa, Ana Maria Benard da (2012), “Formação de Quadros Superiores Moçambicanos em Portugal: Trajetórias, identidades e redes sociais”, *Caderno de Estudos Africanos*, 23, 131-158.

Fernandes, Luís (2002), Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica in “*O Sítio das Drogas*”, Porto, Editorial Notícias.

Forquilha, Salvador (2015), “Introdução” in *Desafios para Moçambique*, 2015, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Khan, Sheila (2009), *Imigrantes africanos moçambicanos : narrativa de imigração e identidade e de estratégias de aculturação em Portugal e na Inglaterra*, Edições Colibri.

Khan, Sheila (2004), “Emigrantes africanos moçambicanos : a construção social de identidade e etnicidade”, *Travessias*, N^os 4/5.

Jesus, Jacqueline de, Paulo de Carvalho, Rosália Diogo, Paulo Granjo (2014), *O Que É Racismo*, Lisboa, Escolar Editora.

Machado, Fernando e Raquel Matias (2006), “Jovens descendentes de Imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica”, *CIES-ISCTE Working Paper n° 1*

Machado, Fernando Luís e Joana Azevedo (2001), A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas, in *Revista Migrações*, ACIDI: 7-31.

Machado, Fernando Luís (2001) “Contextos e Perceções do Racismo no Quotidiano”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, .53-80;

Newitt, Malyn (1995), *A History of Mozambique*, London, Hurst&Company, London.

Paredes, Marçal de Menezes (2014), “A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa”, *Anos 90, Porto Alegre*, v. 21, n° 40, p. 131-161.

Rita-ferreira, António (1998), Moçambique Post- 25 de Abril: causas do êxodo da população de origem europeia, in *Moçambique: Cultura e História de um País, 1998, Publicações do Centro de Estudos Africanos n°8*, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

Quivy, Raymond, Luc Van Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Coleção: Trajetos.

Pires, Rui Pena (2003) *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.

Santana, Eugénio Pinto (2011), *Moçambicanidades disputadas. Os ciclos de festas da independência de Moçambique e da comunidade moçambicana em Lisboa*. Lisboa, Fim de Século, 2011

Vasconcelos, João (2012), “ Africanos e Afrodescendentes no Portugal Contemporâneo: Redefinindo práticas, projetos e identidades”, *Caderno de Estudos Africanos*, 24, falta pag.

Blogues:

https://www.academia.edu/3289325/ma-schamba_Textos_em_Blog (consultado em 7 de janeiro 2017)

https://www.academia.edu/11203843/ma-schamba_2_Textos_in-blog_2013-15
(consultado em 7 de janeiro 2017)

ANEXOS

ANEXO 1: Registo fotográfico “Especial Moçambique no Centro InterculturaCidade”
no passado dia 16 de julho de 2016, em Lisboa



Fig.1 Maria Manuel, promotora da área da Cultura da Embaixada e Consulado de Moçambique e que organizou o evento



Fig. 2. Maria Manuel com o Ministro Conselheiro, Ananias Sigauque e a representante da Organização da Mulher Moçambicana em Lisboa, Ana Massamba



Fig. 3. Apoio prestado na receção dos visitantes da exposição



Fig. 4. Jantar moçambicano com a presença do Adido Consular, Celso Gusse, do Ministro Conselheiro, Ananias Sigauque e da representante da Organização da Mulher Moçambicana em Lisboa, Ana Massamba



Fig. 5. Momento cultural com a poesia de intervenção do rapper El Kappa



Fig. 6. Momento de atuação do grupo de danças tradicionais de Moçambique “Xiluva”

Anexo 2: registo fotográfico Aniversário da Quitéria Chilaúle no dia 17 de agosto de 2016, num restaurante moçambicano, o Aziz, em Lisboa



Fig. 7. Grupo do aniversário



Fig. 8. Eu e a aniversariante à entrada do restaurante